

# RELATÓRIO HISTÓRICO

13 DE JULHO

25 DE NOVEMBRO DE 1975

RIO MAIOR

CRONOLOGIA, PROTAGONISTAS E LEGADO

FOTO: COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DO AGRICULTOR LIVRE







## Cronologia, Protagonistas e Legado

### RELEMBRAR O 25 DE NOVEMBRO DE 1975

O Verão Quente de 1975 estava a levar os portugueses ao desespero. Mas, os acontecimentos de 13 de Julho em Rio Maior davam esperança a uma reviravolta na política.

Foi a partir do dia 13 de Julho, em Rio Maior, que se intensificou uma onda de contestações. Com a economia e a comunicação social nacionalizadas, vivia-se uma ditadura de esquerda bem mais opressiva do que a vivida no tempo de Salazar.

Não foi por acaso que a partir do dia 13 de Julho as sedes do Partido Comunista foram todas destruídas desde Rio Maior ao Oeste e até ao Norte de Portugal.

Nem foi por acaso que foi colocada na Estrada Nacional 1, em Rio Maior, a partir de 13 de Julho de 1975 uma placa com a inscrição: "AQUI COMEÇA PORTUGAL".

Convém lembrar o movimento de agricultores que de Norte a Sul do País se organizou em torno da Associação de Produtores Agrícolas da região de Rio Maior na defesa da propriedade privada e na contestação à chamada lei 406-A, que mais não era do que a legalização do roubo das terras aos seus legítimos proprietários.

O referido movimento havia de, mais tarde, transformar-se na CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal), prestigiada organização hoje com assento na concertação social e com sede própria em Bruxelas.

O nome confederação dos agricultores de Portugal (CAP), foi escolhido e os seus estatutos pensados por 5 agricultores, foram eles: Eng.º José Manuel Casqueiro - agricultor em Santarém, Eng.º Chico Lino - agricultor em Coruche, Joaquim Manuel de Oliveira - empresário e agricultor no Montijo, Joaquim Nazaré Gomes - agricultor em Rio Maior e Dr. Sidónio Rito - advogado e agricultor em Alcácer do Sal.



Esta confederação contou com a cumplicidade de muitos militares moderados e ficará para sempre ligada aos acontecimentos do 25 de Novembro, quer nas contestações à política agrícola, quer no corte das estradas entre Lisboa e Porto e desde Portalegre à Lourinhã.

Os seus estatutos foram aprovados precisamente com o apoio de mais de 60.000 agricultores, vindos de todo o país na véspera do 25 de Novembro, em Rio Maior.

Nessa noite é convocada uma comissão de agricultores, chefiada pelo saudoso Engenheiro Casqueiro, para Belém, onde estivemos reunidos durante toda a noite em longas conversações com o Conselho de Revolução que se prolongaram até às 6 da manhã.

Foram muitos os operacionais envolvidos no 25 de Novembro, mas não posso deixar de lembrar o Sr. General Ramalho Eanes e o meu saudoso amigo Coronel Jaime Neves, com quem compartilhava o sonho de tornar Portugal num país democrático, tal como nos tinham prometido no 25 de abril.

Este seu sonho de viver numa democracia acabou por poder presenciá-lo em vida, mas não pôde, ainda assim, partir sem a mágoa de ter perdido dois dos seus homens no dia 25 de Novembro, abatidos junto à escola da Polícia Militar por antidemocratas ao serviço de Moscovo.

Eram eles: o Tenente Comando Santos Pires e o Tenente Comando Oliveira Coimbra, que dão hoje nome a duas ruas da cidade de Rio Maior em sua homenagem.

Viva o 25 de Novembro!

Viva Portugal!

Joaquim Nazaré Gomes





## Alocução Alusiva ao Agricultor Livre

Senhoras e senhores,

Caros agricultores,

No ano passado, celebramos



50 Anos do Dia do Agricultor Livre e da Liberdade em Rio Maior

Meio século depois do levantamento popular que mudou o rumo do mundo rural português, as ruas de Rio Maior voltaram a encher-se de determinação, mas desta vez num ambiente de profunda celebração e orgulho. No âmbito das comemorações dos 50 anos da CAP e do Dia do Agricultor Livre, mais de 120 tratores desfilaram em comitiva pela cidade, fazendo ecoar o dinamismo e a força inabalável do setor agrícola nacional.

Cinquenta anos volvidos, as rodas dos tratores que hoje marcaram o asfalto de Rio Maior provam que o coração da agricultura portuguesa bate com a mesma força, exigindo respeito, estabilidade e liberdade para continuar a alimentar Portugal.

Este evento não serve apenas para recordar o passado, mas sim sublinharam a importância de manter vivo o espírito de Rio Maior para enfrentar as exigências contemporâneas da agricultura.

Em 1975, lutou-se pela propriedade e pela liberdade de iniciativa. Hoje, a luta mantém-se para que o agricultor continue a ser dono do seu próprio destino, livre de asfixias burocráticas.

A todos os agricultores livres, a nossa eterna gratidão.

Viva o 13 de julho

Viva Portugal

Adriana Agostinho

## **Discurso do Presidente da Associação dos Produtores Agrícolas, Joaquim Nazaré Gomes**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Eng.º Luís Filipe Santana Dias,

Senhores Vereadores,

Senhores Presidentes de Junta,

Senhor Diretor da Confederação dos Agricultores de Portugal, Sr. Domingos dos Santos, Exmo. Sr. Dr. Carlos Nazaré, presidente da Direção da Cooperativa Agrícola de Rio Maior,

Minhas Senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social,

Estimados colegas agricultores,

Em nome da Associação de Produtores Agrícolas de Rio Maior, quero agradecer ao Município, na pessoa do seu Presidente, a disponibilidade e o apoio para que hoje possamos estar aqui reunidos a comemorar o Dia do Agricultor Livre.

O nosso muito obrigado ao Senhor Representante da CAP, Sr. Domingos dos Santos, pela sua presença, nestas comemorações em Rio Maior, terra berço da CAP.

Obrigado Dr. Carlos Nazaré, por ter aceite o nosso convite, para estar nestas comemorações do Dia do Agricultor Livre.

O nosso muito obrigado à Eng.ª Ana Barroso, que apesar de estar de férias, fez questão de nos acompanhar neste dia histórico para Rio Maior.

O nosso agradecimento à Guarda Nacional Republicana pelo apoio prestado no desfile de tratores que animou a manhã de hoje.

Um agradecimento muito sentido a todas as empresas que patrocinaram este evento.

**Uma vez mais, comemoramos o Dia do Agricultor Livre.**

E se o comemoramos, é porque entendemos ser nosso dever transmitir às gerações mais novas a memória daqueles dias difíceis em que foi necessário defender a propriedade privada, a liberdade



de associação e o direito ao trabalho.

Dias em que Portugal atravessava um dos períodos mais conturbados da sua História recente.

Dias em que forças totalitárias procuravam impor ao país um caminho que a maioria dos portugueses recusavam aceitar.

**Não fora a coragem dos agricultores de Rio Maior, naquele dia 13 de julho de 1975, ao não permitirem a ocupação do seu Grémio da Lavoura, e hoje não estávamos aqui, em democracia e liberdade, a celebrar o Dia do Agricultor Livre.**

Sim, amigos e companheiros.

Nessa altura, o Sul do país assistia às ocupações de herdades, empresas, fábricas e estruturas ligadas à Lavoura.

A comunicação social encontrava-se nacionalizada.

**Documentos entretanto tornados públicos mostram a interferência da União Soviética em Portugal durante esse período particularmente difícil da nossa História.**

Hoje não restam dúvidas de que os agricultores de Rio Maior foram os únicos a dar um sinal claro de resistência e de defesa da liberdade.

**Deram esse sinal quando, a 13 de julho de 1975, impediram a ocupação do seu Grémio da Lavoura.**

**Deram esse sinal quando reagiram aos acontecimentos que então se verificavam em Rio Maior.**

**Deram esse sinal quando recusaram aceitar as acusações e campanhas que procuravam desacreditar os agricultores e a população do nosso concelho.**

**Deram esse sinal quando destruíram os jornais vindos de Lisboa que os insultavam.**

**Deram esse sinal quando permaneceram junto da Câmara Municipal até à chegada do Governador Civil de Santarém e de altas patentes das Forças Armadas, exigindo que a verdade fosse reposta e conseguindo que a RTP emitisse um comunicado a repudiar as insinuações e calúnias que lhes eram dirigidas.**

Mas a luta não terminou aí.

Aquilo que começou em Rio Maior rapidamente se transformou num movimento nacional.

Foi criado o Secretariado Nacional dos Agricultores, reunindo representantes de todo o país.

Multiplicaram-se os plenários de agricultores em defesa da propriedade privada e contra a Reforma Agrária e a Lei 406-A, diploma que, no entendimento dos agricultores, legitimava as ocupações selvagens.

A mobilização foi de tal ordem que, num único domingo, foram realizados onze plenários de agricultores, um em cada distrito do país.

Eu próprio fui escalado para Loulé, enquanto outros companheiros seguiram para diferentes pontos de Portugal.

**Foi um movimento extraordinário de mobilização cívica e de defesa dos valores em que acreditávamos.**

E foi também aqui, em Rio Maior, que no dia 24 de novembro de 1975 teve lugar um dos momentos mais marcantes dessa luta.

**Num grande plenário de agricultores foram aprovados os estatutos da CAP e tomadas decisões de mobilização nacional, incluindo o corte da estrada Lisboa-Porto, da Linha Férrea do Oeste, da estrada do Porto Alto e de outras importantes vias de comunicação.**

**No dia seguinte, Portugal viveria um dos momentos decisivos da sua História contemporânea: o 25 de Novembro.**

Mesmo depois dessa data, a nossa luta não terminou.

Continuámos a defender a propriedade privada e os direitos dos agricultores, porque entendíamos que a democracia precisava de ser consolidada e protegida todos os dias.

**Amigos e companheiros,**

Os agricultores contribuíram decisivamente para que hoje vivamos num país livre e democrático.

Escreveram uma página importante da História de Portugal.



Uma página que, infelizmente, muitos historiadores e parte da comunicação social continuam a ignorar ou a desvalorizar.

Veja-se o que aconteceu há precisamente um ano.

Tal como hoje, estávamos aqui reunidos para assinalar os 50 anos do Dia do Agricultor Livre e da fundação da CAP.

Desfilámos orgulhosamente com os nossos tratores pelas ruas da cidade.

Prestámos homenagem a agricultores que participaram diretamente nos acontecimentos de 13 de julho de 1975.

Descerrámos uma placa evocativa desses acontecimentos no Jardim Municipal.

E terminámos, tal como hoje, num almoço de convívio.

A RTP destacou dois jornalistas para acompanhar todo o evento.

Mas, na reportagem transmitida no Jornal da Noite desse mesmo dia, nada foi dito sobre o significado histórico das comemorações.

Mostraram alguns tratores.

Falaram de exportações e de tarifas impostas pelos Estados Unidos.

Mas passaram ao lado daquilo que verdadeiramente se celebrava.

Ainda assim, mantenho a esperança.

A esperança de que a História venha a ser contada por inteiro.

A esperança de que seja reconhecido o papel que os agricultores tiveram na defesa da liberdade, da propriedade privada e da democracia em Portugal.

E entre aqueles que ajudaram a conquistá-la estiveram, sem dúvida, os agricultores de Rio Maior.

Viva o Agricultor Livre.

Viva Rio Maior.

Viva Portugal.

# Introdução

Em 13 de julho de 1975, a vila ribatejana de Rio Maior tornou-se palco de um dos episódios mais marcantes do chamado “Verão Quente” pós-Revolução de Abril. Nesse dia, milhares de agricultores e populares mobilizaram-se para travar uma tentativa de ocupação comunista do seu Grémio da Lavoura – ação que culminou no \*assalto às sedes locais do Partido Comunista Português (PCP) e da Frente Socialista Popular (FSP)\*. Este relatório aprofunda, de forma cronológica e contextual, os eventos de 13 de julho de 1975 em Rio Maior e as suas repercussões político-sociais imediatas. Mapearemos as figuras-chave envolvidas – desde líderes nacionais do MFA (Movimento das Forças Armadas) e do PCP, até protagonistas locais ligados ao Grémio da Lavoura e associações agrícolas – com perfis e referências. Analisaremos especificamente o papel de Joaquim da Nazaré Gomes, destacado organizador local, e entenderemos por que o movimento dos agricultores ganhou tanta força (passando de uma tensão local a episódio nacional) e por que mais tarde perdeu ímpeto. Também será contextualizada a influência externa, nomeadamente o cenário da Guerra Fria e da influência soviética em Portugal em 1975, avaliando a ideologia do PCP, os receios internacionais de uma deriva comunista e possíveis ligações a Moscovo – com suporte de telegramas diplomáticos e relatórios desclassificados. Por fim, atualizaremos a narrativa até os dias de hoje, discutindo a memória institucional do evento (comemorações, papel da CAP e do antigo SNA) e os desafios atuais no mundo rural português – desde heranças da reforma agrária até questões de sustentabilidade e coesão territorial – bem como a reação da sociedade portuguesa a esses desafios.

## I. Cronologia Detalhada dos Acontecimentos em Rio Maior (13 de julho de 1975)

Antecedentes: Nos meses que antecederam julho de 1975, Portugal vivia forte tensão entre projetos políticos opostos, num contexto revolucionário. No campo, multiplicavam-se ações promovidas pela

esquerda radical – ocupações de terras e tomada de cooperativas agrícolas, sobretudo no Sul latifundiário, impulsionadas pelo PCP e aliados. À medida que estas ações se expandiam do Alentejo para o Ribatejo, crescia o alarme entre agricultores médios e grandes do Centro/Norte, regiões de minifúndio e tradição católica, receosos da instauração de uma “reforma agrária” coletivista nas suas propriedades. Rio Maior, situado a poucos quilómetros a norte do Tejo (fronteira histórica entre o Sul revolucionário e o Norte “reacionário” naquele verão), era um caso simbólico: nas eleições de 1975 o PCP ali obtivera apenas cerca de 5% dos votos, ficando em 4º lugar, ao passo que em concelhos vizinhos a sul (como Alpiarça ou Coruche) o PCP vencera ou ficara próximo do PS com 20–58% dos votos. Ou seja, Rio Maior era uma “fronteira” geográfica e política – a última zona do Ribatejo resistente à influência comunista, onde se encontravam 3 mil agricultores associados ao Grémio local e organizados desde 1974 numa Associação de Produtores Agrícolas (APA) própria.

Plano de ocupação e fuga de informação: No início de julho de 1975, forças próximas do PCP planearam assumir o controle do Grémio da Lavoura de Rio Maior. Para tal, a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Alpiarça – uma organização de pequenos agricultores conotada com o PCP num concelho vizinho – convocou uma reunião plenária em Rio Maior, visando “ocupar” as instalações e recursos do Grémio. Importa notar que, após a Revolução, muitos Grémios (instituições do antigo regime) estavam em processo de liquidação e reestruturação; no de Rio Maior havia sido nomeada uma comissão liquidatária multipartidária, sem hegemonia comunista. A tentativa da Liga de Alpiarça, portanto, representava uma “dupla ingerência” na ótica local: tanto por vir gente de fora do concelho impor-se, como por ser articulada por um partido minoritário naquela região. Rumores espalharam-se de que essa reunião “seria uma golpada comunista” para tomar posse de um órgão da lavoura local, nas costas dos milhares de agricultores associados. Essa percepção foi decisiva: conforme descreve Joaquim da Nazaré Gomes (então agricultor de Rio Maior), “não era só por serem pessoas ligadas ao PCP... mas também porque pessoas estranhas ao concelho não teriam discernimento



para lidar com as necessidades agrícolas locais”. Em suma, via-se a iniciativa como ilegítima e potencialmente lesiva aos interesses dos produtores rio-maiorenses.

Mobilização dos agricultores (véspera e madrugada de 13/7): Na véspera, 12 de julho de 1975, ocorreu uma fuga de informação – provavelmente algum contacto na administração ou simpatizante local alertou os líderes agrícolas de Rio Maior. Dois agricultores da APA, ao tomarem conhecimento do plano, passaram palavra entre os colegas e convocaram todos para resistir. Rapidamente a notícia se espalhou pelas aldeias vizinhas e, na manhã de domingo, 13 de julho, cerca de 300 agricultores já se concentravam diante das instalações do Grémio da Lavoura, determinados a protegê-las. À medida que as horas avançaram, mais gente da região – pequenos, médios e grandes proprietários, familiares, comerciantes e populares solidários – afluía à vila. “Milhares de pessoas uniram-se aos agricultores”, relata a imprensa local. Muitos vieram em tratores ou camiões agrícolas, numa autêntica “marcha sobre Rio Maior” ao contrário: agora eram os rurais do Norte a mobilizarem-se para travar a investida revolucionária que subia do Sul.

Enfrentamento e assalto às sedes do PCP/FSP (13/7): A reunião convocada pela Liga de Alpiarça estava marcada para o próprio dia 13/7. Quando os grupos de Alpiarça e outros concelhos chegaram para ocupar o Grémio, depararam-se com a resistência organizada. Os agricultores locais, muitos munidos de paus, forquilha e da famosa “moca de Rio Maior” (um cacete de madeira concebido por um tal Abílio “das Lenhas” especialmente para a ocasião) bloquearam o acesso. O confronto escalou: houve empurrões e troca de agressões “à paulada”. Superados em número e surpreendidos, os militantes comunistas e seus aliados viram-se cercados. Em clima de grande tensão, a multidão insurgida decidiu levar adiante uma retaliação simbólica: dirigiu-se à sede local do PCP (o “Centro de Trabalho” comunista) e invadiu as suas instalações, destruindo mobiliário, documentos e propaganda. O mesmo aconteceu à pequena sede da FSP (um grupúsculo socialista de esquerda) – ambas ficaram “desguarnecidas” e foram saqueadas e vandalizadas.

Testemunhos indicam que alguns militantes comunistas presentes foram espancados durante o assalto, e outros fugiram para se esconder nas redondezas, temendo pela vida. As bandeiras vermelhas com foice e martelo foram arrancadas e queimadas num ato de catarse coletiva. Assim se consumou o “Dia do Agricultor Livre”, como ficaria conhecido localmente, marcando a primeira ocorrência, no Portugal continental revolucionário, de uma tomada violenta de sede do PCP por populares anticomunistas.

Intervenção militar (tarde de 13/7): Diante do tumulto crescente, as autoridades revolucionárias tentaram reagir. Tropas do Regimento de Infantaria Nº5 (RI5) de Caldas da Rainha, unidade militar próxima, foram destacadas para o local. Porém, sua chegada deu-se apenas algumas horas depois dos fatos principais, quando os ânimos já haviam quase transbordado. Os soldados do RI5 montaram segurança e conseguiram serenar a situação sem uso de força, atuando mais como força de contenção e separação dos campos. Notavelmente, não houve detenções em massa ou repressão violenta dos líderes dos agricultores – possivelmente porque muitos militares locais simpatizavam mais com os manifestantes do que com os ocupantes comunistas. O próprio comandante das tropas em Santarém argumentou ao COPCON (o comando operacional controlado pela esquerda) que “não possuía meios nem preparação” para esse tipo de missão de repressão interna, deixando claro seu desengajamento. Essa ausência de intervenção punitiva imediata seria crucial: a percepção de impunidade reforçou a confiança dos agricultores insurgentes. Na prática, ao fim do dia 13 de julho, Rio Maior permanecia sob controle dos lavradores, com o Grémio protegido e as forças de esquerda expulsas. As estradas foram patrulhadas por piquetes populares que revistavam carros à procura de militantes comunistas forasteiros e queimavam exemplares de jornais “revolucionários” vindos de Lisboa. A transição de uma escaramuça local para uma mobilização vitoriosa e tolerada foi evidente.

Repercussões imediatas (14/7 e dias seguintes): No dia seguinte aos confrontos, a notícia espalhou-se rapidamente pelo país, causando

reações inflamadas de ambos os lados. A imprensa alinhada à esquerda em Lisboa – jornais controlados pelo Conselho da Revolução e emissoras de TV e rádio sob influência comunista – retratou os acontecimentos de Rio Maior de forma hostil. Manchetes urbanas chamaram os agricultores de “arruaceiros” e atribuíram o tumulto a “manobras reaccionárias de grandes latifundiários e autoridades religiosas”, insinuando que os camponeses tinham sido manipulados pela Igreja e pelos ricos para desafiar a Revolução. Tais comentários enfureceram ainda mais a população local. Em Rio Maior, ao lerem nos jornais esse retrato depreciativo, os moradores revoltaram-se novamente a 14 de julho: grupos de populares interceptaram as carrinhas distribuidoras e destruíram todos os exemplares de jornais de Lisboa que encontraram, num protesto contra a “mentira” veiculada. Formaram-se barricadas espontâneas nas entradas da vila e estradas regionais, impedindo circulação de quem fosse identificado como emissário ou simpatizante comunista. Segundo relatos, até uma agência bancária local foi cercada por manifestantes, que bloquearam a entrada de funcionários suspeitos de ligações ao PCP, num exemplo de justiça pelas próprias mãos.

Sem reação eficaz do governo central ou das forças de segurança – COPCON, 5ª Divisão do MFA e outras estruturas militarizadas de esquerda mostraram-se incapazes ou indispostas de conter o movimento em Rio Maior – o feito dos agricultores rapidamente inspirou outros concelhos. Nas semanas seguintes, essa “vaga de violência popular anticomunista” alastrou-se pelo Centro e Norte de Portugal. De meados de julho a agosto de 1975, mais de 80 sedes do PCP, de sindicatos controlados pela esquerda e de pequenos partidos revolucionários foram assaltadas ou incendiadas, desde o Ribatejo até o Minho. Em pelo menos 58 municípios (quase todos na metade norte do país), registaram-se manifestações de grande dimensão contra símbolos comunistas. Em muitos locais, multidões de 2 a 3 mil pessoas cercaram sedes por horas; houve tiroteios pontuais onde militantes do PCP tentaram resistir e casos de arremesso de material pelas janelas e queima pública de bandeiras e panfletos comunistas. Somente em julho de 1975, 86 ações violentas de cariz anticomunista foram contabilizadas, incluindo 33 assaltos a centros de trabalho do PCP (além de dezenas de

bombas, incêndios e agressões) – todas “a reboque” do catalisador de Rio Maior. Em agosto, quando a crise do V Governo Provisório (chefiado por Vasco Gonçalves) atingiu o auge, esses números mais que dobraram: o PCP denunciou 153 atos “terroristas” só em agosto, com 82 novas invasões destruindo 55 sedes do PCP e 25 do aliado MDP/CDE. Muitas dessas ações de agosto ocorreram no contexto de manifestações de agricultores contra a Lei da Reforma Agrária então em debate, e foram por vezes protegidas por militares moderados enviados para evitar confrontos com os manifestantes de direita.

Consequências políticas: O levantamento de Rio Maior rapidamente transcendeu a questão local e assumiu caráter de reivindicação política nacional contra o governo dominado pela esquerda. Os agricultores ribatejanos e nortenhos passaram a exigir publicamente a demissão do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves (acusado de ser influenciado pelo PCP) e o fim das ocupações de terras. Nas palavras de um historiador, “pela primeira vez, uma ação local desencadeou uma oposição nacional ao governo de Vasco Gonçalves”. A mobilização agrícola tornou-se assim um componente-chave da frente anticomunista que se articulava no verão de 1975, ao lado dos partidos moderados (PS de Mário Soares e PPD de Sá Carneiro) e de setores das Forças Armadas desiludidos com os rumos da Revolução. Em 20 de julho de 1975, apenas uma semana após Rio Maior, o clima político era tão grave que a CIA alertava Washington sobre o risco de violência generalizada em Portugal – notando um “novo vigor dos moderados” e que Gonçalves e o PCP estavam “em posição exposta” enquanto Moscou observava alarmada. De facto, a crise culminou com a queda de Vasco Gonçalves no final de agosto, substituído em setembro por um governo mais moderado (VI Governo). Pode-se argumentar que a “rebelião de Rio Maior” contribuiu para esse desfecho, ao demonstrar que uma parcela significativa da população (os pequenos e médios proprietários rurais) não aceitaria passivamente uma viragem comunista e que até mesmo a autoridade do MFA era contestável quando confrontada com mobilização popular massiva.



Adicionalmente, Rio Maior ganhou um forte significado simbólico. O gesto dos agricultores ribatejanos ficou conhecido como o dia em que o avanço da extrema-esquerda foi travado “pela base”. De 1976 a 1985, o Município de Rio Maior instituiu 13 de Julho como feriado municipal – o “Dia do Agricultor Livre” em homenagem à união cívica dos lavradores em defesa da sua terra e da democracia pluralista. Uma avenida principal da cidade foi batizada “Avenida 13 de Julho”, perpetuando na toponímia local a memória desses eventos. Ainda hoje, passado meio século, os rio-maiorenses recordam com orgulho aquele dia de 1975 em que – nas palavras de José Valério Colaço, fotógrafo que registou a cena – “\*cidadãos, trabalhadores e proprietários se uniram na defesa da sua terra, do seu país e da democracia livre”\*.

## II. Protagonistas e Figuras-Chave

A seguir, destacamos as principais figuras envolvidas nos acontecimentos, dividindo-as entre o nível nacional (membros do MFA, líderes partidários e governantes) e o nível local/regional (dirigentes agrícolas de Rio Maior e arredores, tanto do lado dos agricultores como do lado das organizações de esquerda). Em cada caso, indica-se o papel desempenhado em julho de 1975, bem como informações relevantes posteriores.

### A. Figuras Nacionais (MFA, Governo Provisório e Partidos)

Vasco Gonçalves – Oficial do MFA (General de Engenharia) e Primeiro-Ministro à data (chefiava o V Governo Provisório, de orientação esquerdista). Próximo do PCP, implementou nacionalizações e a Lei da Reforma Agrária. Após Rio Maior, foi crescentemente acusado por moderados de querer um “governo comunista total”. Em consequência da pressão popular (onde se incluem as manifestações de agricultores) e de divisões nas Forças Armadas, viria a ser demitido em 30 de agosto de 1975.

Álvaro Cunhal – Secretário-Geral do PCP, principal partido comunista português. Marxista-leninista alinhado a Moscovo, via na crise de 1975 a chance de avançar para um “poder popular” socialista. Ideólogo do PCP, Cunhal apoiou as ocupações de terras no Sul e considerou Rio Maior um ato contra-revolucionário. Segundo documentos do partido, após o assalto de Rio Maior ocorreu uma “vaga de 86 atos terroristas” contra sedes comunistas, marcada por violência de grupos “fascistas e reaccionários” organizada por redes spinolistas. Cunhal denunciou esses ataques como terrorismo dirigido pelo MDLP/ELP (movimentos clandestinos de direita ligados ao ex-Presidente Spínola) e não como genuína ação espontânea – visão sustentada na obra *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril*, em que minimiza o caráter popular dos motins e destaca o papel de oficiais como Alpoim Calvão na coordenação da contra-ofensiva.

Movimento das Forças Armadas (MFA) – O MFA era heterogêneo em 1975, dividido entre uma ala radical (influenciada pelo PCP e representada por oficiais como Otelo Saraiva de Carvalho, comandante do COPCON, e pela 5ª Divisão de Educação do Exército) e uma ala moderada (liderada por oficiais como Melo Antunes e, emergentemente, Ramalho Eanes). Otelo Saraiva de Carvalho, enquanto chefe do COPCON, tentou responder aos “focos reacionários” mas viu comandantes locais recusarem-se a reprimir Rio Maior. Já Ernesto Melo Antunes e outros moderados enxergaram nos eventos um alerta contra os excessos esquerdistas. No Conselho da Revolução, órgão cimeiro do MFA, discutiu-se a situação: em novembro de 1975, representantes dos agricultores de Rio Maior (ver seção local) foram ouvidos em Belém, e há indicação de que o Conselho considerou concessões às suas exigências. Isso coincidiu com o fortalecimento dos moderados militares que culminaria no golpe de 25 de Novembro de 1975 – que restabeleceu a ordem democrática e onde Rio Maior, mais uma vez, desempenhou papel simbólico de “sinal verde” (como descrito adiante).

Mário Soares – Líder do Partido Socialista (PS) e ministro

demissionário em 1975, tornou-se opositor frontal do PCP e de Vasco Gonçalves após retirar o PS do governo em agosto. Não esteve diretamente envolvido em Rio Maior, mas seu partido apoiou moralmente os agricultores. Soares fez diligências internacionais denunciando o perigo de um regime comunista em Portugal, obtendo apoios financeiros secretos de partidos social-democratas europeus para fortalecer o PS. Em janeiro de 1976, Soares diria nos EUA que “não desejamos tornar-nos comunistas”, recebendo de Kissinger a resposta célebre: “Nem Kerensky desejava” (alusão ao líder moderado derrubado pelos bolcheviques). Esse comentário ilustra bem os receios da época e a pressão sobre Soares para conter os comunistas – objetivo que a mobilização de Rio Maior e congêneres veio facilitar, fornecendo legitimidade popular à causa anticomunista que o PS e o PPD defendiam.

Francisco Sá Carneiro – Líder do PPD (Partido Popular Democrático), de centro-direita, também retirou seu partido do governo em julho de 1975, passando à oposição. Documentação histórica indica que militantes do PPD em Rio Maior tiveram participação ativa na organização da resistência de 13 de julho. Ou seja, o PPD local mobilizou agricultores e caciques regionais contra a “usurpação” do Grémio. Sá Carneiro condenou publicamente a Reforma Agrária e o PCP, e o PPD apoiou a fundação de estruturas paralelas de agricultores (como a APA e depois a CAP). Posteriormente, um dos principais dirigentes do movimento, José Manuel Casqueiro, seria eleito deputado pelo partido (PSD) no pós-1975. Isso demonstra a interligação entre o movimento dos agricultores e os partidos moderados emergentes.

António de Spínola – General e primeiro Presidente pós-25 de Abril (demitiu-se em setembro de 1974), encontrava-se no exílio em 1975, mas articulava à distância a resistência contra a guinada comunista. Spínola liderou uma rede clandestina, o MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal), que financiou campanhas de desestabilização (e.g. bombismo). O PCP acreditava que o MDLP orquestrara muitos ataques de julho-agosto 1975. Um jornalista alemão, Gunter Wallraff, investigou o MDLP e entrevistou

um operacional que afirmou que a extrema-direita controlava associações de agricultores em locais como Rio Maior, Coruche e Santarém. Embora não haja consenso se Rio Maior foi espontâneo ou incentivado pelo MDLP, é fato que setores spinolistas e da direita católica apoiaram e depois capitalizaram esses movimentos (membros do MDLP teriam fornecido armas e logística a grupos do Norte). O nome de Alpoim Calvão, conhecido oficial ligado a Spínola, é citado pelo PCP como responsável por coordenar ações “terroristas” contra comunistas até 25 de Novembro. Assim, no topo da cadeia reacionária de 1975, Spínola representava a esperança de “virar o jogo” – algo que se concretizaria somente com a ação militar moderada de Novembro, mas que contou com este fermento local prévio.

Frente Socialista Popular (FSP) – Organização política de esquerda não comunista, liderada por Manuel Serra, que fazia oposição ao PS de Soares pela esquerda. Embora de inspiração socialista, a FSP aliou-se taticamente ao PCP em 1975 contra os “reacionários”. Em Rio Maior, a sede da FSP foi igualmente destruída pelos populares, mostrando que estes viam qualquer força alinhada à ala radical como alvo. Manuel Serra protestou contra as violências, mas seu movimento era pequeno. A presença da FSP local ilustra que, para os agricultores revoltosos, PCP e seus satélites eram indistintos, todos representando a ameaça “vermelha”.

## B. Figuras Locais e Regionais (Líderes Agrícolas e Autoridades)

Joaquim da Nazaré Gomes – Agricultor da região de Rio Maior (natural do concelho, de família rural). Foi um dos principais organizadores e porta-vozes do movimento de 13 de Julho. Segundo seu próprio testemunho, estava entre os primeiros a receber a informação da planificada ocupação e a conclamar os demais agricultores para reagir. Durante os eventos, agiu como coordenador local, ajudando a articular a defesa do Grémio e posteriormente servindo de elo com as autoridades. Nazaré Gomes tornou-se um interlocutor institucional: em 24 de novembro de 1975, integrou a delegação de quatro agricultores (ao lado de José

Manuel Casqueiro, Luís Madeira e Guilherme Jacinto) que partiu de Rio Maior para reunir-se com o Conselho da Revolução no Palácio de Belém, levando as preocupações do setor rural. Nessa reunião maratónica (que durou até às 6h da manhã de 25/11), apresentaram um caderno de reivindicações em 13 pontos e ouviram promessas de análise pelo governo. Horas depois, eclodiu o contragolpe de 25 de Novembro, que Nazaré Gomes celebra como tendo “finalmente restituído a liberdade e a democracia prometidas em 25 de Abril”. Em entrevistas posteriores, Joaquim Nazaré Gomes revelou uma visão autocrítica: admitiu que houve excessos de violência contra os militantes comunistas de Rio Maior, “que não eram os culpados” do conflito, notando até que mantinha boas relações pessoais com quase todos eles. Após 1975, continuou ativo na defesa dos agricultores – consta que participou na direção da associação local e escreveu crónicas na imprensa (uma delas no Correio da Manhã explicando a mobilização). A sua figura é lembrada em Rio Maior como símbolo da resistência camponesa. (Ver seção III adiante para um perfil completo de Joaquim da Nazaré Gomes.)

Eng. José Manuel Casqueiro – Engenheiro técnico agrário (formado na Escola de Regentes Agrícolas de Santarém), natural da região vizinha (Várzea, Santarém). Em 1975 trabalhava numa brigada técnica agrícola até ser afastado por motivos políticos. Tornou-se então líder destacado dos agricultores ribatejanos contra a Reforma Agrária, tendo papel central em Rio Maior. Casqueiro era dirigente da APA – Associação de Produtores Agrícolas da Região de Rio Maior, organização que reunia cerca de 2.500 agricultores e já fora formalizada em novembro de 1974. Ele esteve entre os estrategas da resistência de 13 de Julho e, sobretudo, da articulação do movimento a nível nacional. Foi Casqueiro quem discursou em nome dos agricultores em vários comícios posteriores e na comemoração do 25 Nov em Rio Maior. Desempenhou um papel chave na fundação da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP): a CAP teve seu embrião numa magna reunião de agricultores em Rio Maior e foi formalizada em 25 de novembro de 1975 (com escritura em janeiro de 1976) justamente sob impulso de Casqueiro e colegas. José Manuel Casqueiro tornou-se o primeiro Secretário-Geral da CAP, cargo que ocuparia por 24 anos, afirmando-se como



um dos mais influentes representantes do setor agrícola no Portugal democrático. Também serviu como deputado (independente nas listas da AD/PSD nos anos 1980). Católico praticante e assumidamente de centro-direita, Casqueiro foi figura controversa pela combatividade – seus apoiantes creditam-lhe a defesa intransigente dos agricultores, enquanto detratores o viam quase como um “poder paralelo” no Ministério da Agricultura nas décadas seguintes. Faleceu em 2003, sendo lembrado como “um brigão no bom sentido da palavra”, cuja atuação “impediu os objetivos de ocupação de muitas propriedades” e ajudou a estabilizar a jovem democracia contra o radicalismo.

Luís Madeira e Guilherme Jacinto – Agricultores da região (um deles residente em Setúbal posteriormente, outro talvez local), foram colaboradores próximos de Casqueiro e Nazaré Gomes. Ambos integraram a já citada delegação de 4 representantes que negociou com o Conselho da Revolução em novembro de 1975. Atuaram como líderes associativos: presume-se que ocupassem funções diretivas na APA ou em estruturas emergentes do movimento. São nomes menos mediatizados nacionalmente, mas constam na memória local e nos documentos da época como vozes ativas dos agricultores. Por exemplo, Guilherme Jacinto é mencionado em redes sociais locais ao lado de Nazaré Gomes, e Luís Madeira é lembrado por ter aparecido “de barba de três dias” em fotos dos acontecimentos. Junto com Casqueiro e Nazaré, compunham o núcleo duro que articulou Rio Maior com outros concelhos.

Adelino da Costa Bernardes – Importante agricultor de Rio Maior, era na época um dos líderes naturais da classe agrícola local (possivelmente presidiu a cooperativa agrícola ou esteve na comissão do Grémio). Embora não apareça em fontes escritas consultadas, sua relevância fica clara pelo fato de ser homenageado em 2025 no 50º aniversário dos eventos. Foi escolhido para um tributo póstumo no encontro comemorativo, indicando que teve papel destacado em 1975 e depois. Bernardes simboliza a memória viva dos protagonistas locais, muitos dos quais se mantiveram na atividade agrícola e em funções comunitárias nas décadas seguintes.

Abílio “das Lenhas” – Cidadão de Rio Maior, não um líder formal mas personagem folclórica do episódio. Foi o artesão que improvisou a célebre “Moca de Rio Maior”, um cacete de madeira apresentado poucos dias antes dos confrontos e que se converteu em símbolo da resistência campesina local. A moca, exibida pelos agricultores como troféu após expulsarem os comunistas, deu nome ao acontecimento no imaginário popular e na imprensa (“a moca de Rio Maior” foi expressão usada para designar o levantamento). Abílio ganhou este apelido por trabalhar com lenha; sua criação representa a astúcia e a preparação prévia dos moradores para o embate que pressentiam.

Líderes locais do PCP e aliados – Do lado dos derrotados em Rio Maior, contavam-se alguns quadros locais: por exemplo, João Narciso, militante comunista da região, e João Damiano, ambos citados em entrevistas posteriores. Narciso recorda o terror vivido (chegou a esconder-se com a esposa até conseguir carona após um jogo de futebol local). Damiano relatou que, ao tentar retornar a casa no fim daquele dia, foi perseguido e insultado, tendo de se refugiar. Ou seja, os comunistas rio-maiorenses – que até então se relacionavam socialmente “bem com quase todos”, segundo Nazaré Gomes – viraram alvo de suspeita e retaliação, mesmo não sendo os mentores do plano de ocupação. Muitos deles se viram obrigados a sair da terra natal por um tempo, tal o clima hostil. Também estiveram envolvidos na tentativa frustrada de ocupação membros da Liga de Pequenos e Médios Agricultores de concelhos vizinhos (Alpiarça, Almeirim, Cartaxo, etc.), possivelmente dirigentes locais dessas organizações agrárias pró-PCP. Seus nomes não ficaram registados na grande história, mas foram atores do confronto. A título de exemplo, Alpiarça era então presidida pelo comunista Francisco Bento Gonçalves (líder local da Liga), e Coruche pelo militante José Júdice – figuras que apoiavam a Reforma Agrária no Ribatejo. Embora não haja confirmação se estavam pessoalmente em Rio Maior, suas bases estavam.

Autoridades locais – Incluem-se aqui o administrador do concelho

ou presidentes da Câmara e da Junta em 1975. Após o 25 de Abril, muitos municípios ficaram sob gestão de comissões administrativas nomeadas pelos novos poderes. Não identificamos a pessoa exata em Rio Maior na altura, mas é provável que as autoridades locais tenham ficado passivas ou até solidárias com os agricultores durante o incidente. Não houve relatos de polícia de choque agindo nem de detenções em Rio Maior, o que sugere que a GNR local ou não interveio ou alinhou-se tacitamente com a população. A Guarda Nacional Republicana no Ribatejo tinha muitos elementos oriundos de meios rurais e conservadores, e de fato não reprimiu as ações (o que foi notado pelo PCP como cumplicidade). É possível que o Comando Distrital de Santarém da GNR tenha deliberadamente mantido as forças nos quartéis. Essa convivência das autoridades locais e regionais foi fundamental para o êxito temporário do movimento.

Em síntese, de um lado estavam os líderes agrários moderados (Casqueiro, Nazaré, etc.), apoiados por militantes de partidos democráticos locais (PPD, Centro Democrático Social - CDS, e também setores do PS mais moderado) e pela Igreja Católica (padres rurais incentivaram a defesa da “terra e da família” contra o comunismo, embora não mencionados acima, a influência eclesiástica permeava a sociedade – de notar que Casqueiro foi dirigente da Juventude Agrária Católica). Do outro lado, estavam os ativistas comunistas e aliados tentando implementar localmente as diretrizes revolucionárias de Lisboa. O choque desses atores, em solo ribatejano, definirá os rumos daquele verão.

### III. O Papel de Joaquim da Nazaré Gomes – Perfil e Participação no Movimento

Identificação e origem: Joaquim da Nazaré Gomes é um filho de Rio Maior, agricultor de profissão, nascido presumivelmente nas décadas de 1930-40 (à data dos eventos teria provavelmente entre 30 e 40 anos). Cresceu num meio rural e conhecia de perto as

preocupações dos agricultores locais. Seu nome de família (Gomes) e o apelido “da Nazaré” sugerem raízes na região (possivelmente família originária da freguesia de Nazaré ou proximidades). Ele despontou como liderança natural dos produtores logo após o 25 de Abril de 1974. Documentos indicam que foi membro ativo da APA – Associação de Produtores Agrícolas da região de Rio Maior, fundada formalmente em novembro de 1974 para defender os interesses da lavoura local. Assim, quando a crise revolucionária se intensificou, Joaquim Nazaré já tinha alguma experiência organizativa e trânsito entre os colegas agricultores.

Participação em 13 de Julho: Na véspera do incidente, Joaquim da Nazaré Gomes esteve entre os primeiros a saber da reunião convocada pela Liga de Alpiarça. Em entrevista, ele conta que tomou conhecimento no dia anterior e imediatamente, junto com outro colega, mobilizou os agricultores via passa-palavra. Isso implica que foi um aglutinador, fazendo telefonemas ou visitas para alertar dezenas de lavradores a acorrerem ao Grémio logo de manhã cedo. No próprio dia 13, Nazaré Gomes atuou como coordenador de base: testemunhas o descrevem orientando grupos, acalmando ânimos e ao mesmo tempo encorajando a firmeza para não ceder o Grémio. Ele conhecia pessoalmente muitos dos participantes (afinal, eram associados da APA e vizinhos) e detinha legitimidade para liderar, mesmo sem cargo político formal.

Durante o confronto, não há registro de que tenha se envolvido em violência direta – possivelmente ocupou-se de tarefas organizacionais. Por exemplo, quando se decidiu marchar até as sedes do PCP/FSP, é plausível que Joaquim da Nazaré tenha assessorado moderação para evitar vítimas, embora a turba acabasse extravasando. Sua voz ponderada transparece anos depois ao refletir que os comunistas locais não mereciam o tratamento duro que sofreram. Isso sugere que mesmo na altura ele pudesse ter tentado evitar agressões pessoais mais graves (ainda que sem sucesso total).

Líder e porta-voz pós-evento: Logo após 13 de Julho, Joaquim

Nazaré Gomes emergiu como porta-voz do movimento dos agricultores de Rio Maior. Quando jornais nacionais buscaram “o outro lado” da história, foi ele quem deu declarações (há referência a uma crónica de sua autoria no Correio da Manhã, onde esclarece a versão dos agricultores). Nessa crónica, Nazaré Gomes explicou que a mobilização se deu espontaneamente entre os lavradores do concelho ao saberem do plano de ocupação, desmentindo a narrativa de que foram manipulados por latifundiários ou padres. Também enfatizou que não queriam anarquia, e sim proteger as suas instituições e modos de vida. Essa habilidade de comunicação indica que possuía boa articulação verbal e consciência política.

No período de agosto a novembro de 1975, Nazaré Gomes esteve profundamente envolvido na consolidação do movimento agrícola a nível nacional. A APA de Rio Maior tornou-se rapidamente ponto de contato com outras associações de proprietários rurais do país – e, conforme o próprio relata, ele ajudou a estabelecer esses contactos inter-concelhios. Foi dessa articulação que nasceu o Secretariado Nacional de Agricultores (SNA), órgão coordenador provisório fundado no segundo semestre de 1975 para unificar as várias associações regionais num esforço comum. Joaquim Nazaré Gomes figurou entre os representantes do então SNA. Em reuniões do SNA (por exemplo, um plenário distrital de agricultores em Santarém a 6 de novembro de 1975), é provável que tenha tomado a palavra para defender os pontos de vista do Ribatejo. No II Plenário Nacional do SNA, discutiu-se inclusive um mapa de regiões agrícolas e 13 pontos de reivindicações (mencionados na reunião com o Conselho da Revolução) – pautas em cuja elaboração Nazaré contribuiu ativamente. Esses “13 pontos” incluíam exigências como suspensão das ocupações, respeito à pequena propriedade, apoio estatal à produção, etc., que refletiam as preocupações trazidas de Rio Maior.

O momento culminante do protagonismo de Joaquim da Nazaré Gomes deu-se na véspera de 25 de Novembro de 1975. Naquele dia 24, realizou-se em Rio Maior uma grande concentração nacional de agricultores, com milhares de participantes, numa demonstração



de força do SNA. Dali partiu a já mencionada comitiva de quatro delegados a Belém – e Joaquim era um deles. Segundo as palavras que ele próprio publicou posteriormente, “foi aqui, em Rio Maior, na véspera do 25 de Novembro de 1975, que se deu o sinal necessário para que as forças armadas moderadas avançassem”, referindo-se claramente ao fato de que a mobilização dos agricultores pressionou o Conselho da Revolução e encorajou os oficiais moderados a deflagrarem a operação militar preventiva contra os radicais. Durante a longa reunião noturna no Palácio de Belém (presidida pelo General Costa Gomes e com vários conselheiros presentes), Joaquim Nazaré Gomes defendeu as posições dos agricultores com firmeza, pedindo respostas do governo. Foi-lhes prometido que as reivindicações seriam examinadas nos dias seguintes. Mal sabiam que, no romper da manhã, unidades comandadas por Ramalho Eanes já estavam em marcha em Lisboa para neutralizar as forças da extrema-esquerda, evitando um conflito civil.

Após novembro de 1975, Joaquim da Nazaré Gomes continuou engajado. Quando a CAP se formalizou (início de 1976), ele muito provavelmente integrou seus quadros fundadores, ainda que não em cargos executivos de topo (Casqueiro assumiu como secretário-geral e figuras como Rosado Fernandes e João Machado emergiram na liderança mais tarde). Entretanto, Nazaré manteve atuação local: registros oficiais mostram que nos anos 2000 ele presidiu empresas e cooperativas na área agrícola e florestal em representação da Associação de Rio Maior. Por exemplo, exerceu a presidência da Federação de Produtores Florestais de Portugal representando a associação riomaiorense. Isso indica sua continuidade como dirigente classista.

Quanto à sua vida pessoal e outros acontecimentos, destaca-se a referência a uma biografia intitulada “Uma vida atribulada: confissão de um crime não cometido” (de Eugénia Frazão) que narra a história de Joaquim da Nazaré Gomes. Não temos detalhes completos, mas o subtítulo sugere que em algum momento ele foi acusado injustamente de um crime. É possível que isso se relacione a episódios posteriores (por exemplo, confrontos agrários em Santarém ou alguma retaliação política). Seja como for, o fato de

ter uma biografia publicada reforça a relevância da sua trajetória.

Em suma, Joaquim da Nazaré Gomes emerge como um líder local carismático e moderado, cuja atuação ajudou a canalizar a revolta espontânea dos agricultores para resultados políticos concretos. Foi organizador, negociador e cronista dos eventos. Sua perspectiva equilibra o orgulho de ter resistido ao totalitarismo com a consciência de que excessos ocorreram. Cinquenta anos depois, ele (que ainda é vivo até onde consta, tendo proferido declarações em 2023) continua sendo a memória personificada de 13 de Julho – frequentemente convidado para contar “na primeira pessoa” o que se passou.

#### IV. Adesão em Massa vs. Perda de Fôlego – Análise do Alcance e Declínio do Movimento

Por que o movimento teve tanta adesão e força?

Vários fatores explicam a forte adesão popular e o poder de mobilização do movimento de Rio Maior, que rapidamente se espalhou a nível nacional:

Defesa da propriedade e modo de vida: Para os agricultores, pequenos e médios proprietários, a perspectiva de verem suas terras coletivizadas ou seus órgãos de classe controlados pelo PCP representava uma ameaça existencial – econômica, cultural e até espiritual. Em muitas aldeias do Centro e Norte, corria o boato de que os comunistas iriam “tirar as terras e o gado” e talvez perseguir os crentes. Esse medo visceral uniu gente de diferentes estratos sociais do campo. Como resumiu a imprensa local, “defender a sua iniciativa livre e, mais do que a simples agricultura, a cidadania e a democracia foi o que os uniu”. Ou seja, os agricultores acreditavam genuinamente estar a lutar pela liberdade e pela sobrevivência de suas famílias, o que gerou enorme legitimidade interna ao movimento.

Contexto de fronteira ideológica: Conforme já mencionado, Rio Maior situava-se na “linha divisória” entre a zona de influência comunista e a zona anticomunista. Havia um claro sentimento regional de que “daqui para cima, não passam”. Esse caráter fronteiriço mobilizou não só os rio-maiorenses, mas comunidades vizinhas. Comércio local, funcionários públicos médios, padres, todos se juntaram aos lavradores. Cidades próximas como Benedita e Alcobaça enviaram comerciantes e habitantes para apoiar a luta em Rio Maior no próprio 13 de Julho. Relatos indicam que até em Minde, Porto de Mós e Cadaval (já a dezenas de km), populares fizeram barricadas nos dias seguintes, imitando Rio Maior. Essa replicação demonstra que a causa encontrou ressonância sociológica ampla – era vista como a “reação do Norte” (católico, proprietário e conservador) contra a “revolução do Sul” (laica, coletivista e esquerdista).

Mobilização preexistente e organizações: A adesão massiva também foi facilitada porque não surgiu do zero. Desde 1974, a classe agrícola vinha-se organizando: surgiram as Associações Livres de Agricultores (ALA) em vários pontos (Beja, Évora, Santarém etc.), logo suprimidas pelo governo de esquerda, mas que continuaram ativas na sombra. A APA de Rio Maior e outras associações regionais já possuíam centenas ou milhares de membros cadastrados, redes de comunicação (mesmo informais) e lideranças identificadas. Quando o confronto eclodiu, essas estruturas serviram de base de mobilização rápida – por exemplo, em Santarém, o PPD e a APA local convocaram reuniões em solidariedade a Rio Maior logo em seguida, ampliando o alcance do protesto. Essa existência de um “tecido associativo” latente explica como em poucos dias o movimento ganhou dimensão nacional, com encontros de agricultores multiplicando-se de Viana do Castelo ao Ribatejo.

Apoio (explícito ou velado) de instituições tradicionais: A Igreja Católica teve papel importante, embora indireto, na forte adesão do movimento. Paróquias do interior serviram de centros de difusão de mensagens anticomunistas – padres liam sermões alertando contra o “perigo vermelho” e abençoavam a união dos fiéis pela sua

terra. No caso concreto de Rio Maior, sabe-se que o pároco local e bispos da região apoiavam os agricultores (um exemplo: D. Manuel Martins, bispo auxiliar de Santarém em 1975, era crítico da violência mas compreendia as queixas dos lavradores). Além disso, a GNR e Polícia locais não obstaculizaram os manifestantes; pelo contrário, muitos agentes eram parentes ou amigos deles. Essa convivência institucional deu confiança: os agricultores sentiram que “ninguém os iria travar” – impressão reforçada quando viram que nem o COPCON os reprimiu. O resultado foi um sentimento de quase impunidade e poder popular: “nada impediu que o movimento de Rio Maior seguisse o seu curso”, constatou o relatório de inteligência do MFA, assinalando a criação de verdadeiras “zonas de poder reaccionário” inalcançáveis à autoridade de Lisboa.

Adaptação tática e efeito-demonstração: O movimento mostrou grande flexibilidade tática. Inicialmente, limitou-se a cercar o Grémio. Diante da inação das autoridades, evoluiu para ataque às sedes partidárias. Depois, face à narrativa midiática contrária, passou a queimar jornais e montar piquetes permanentes. Essa escalada gradativa permitiu atrair mais participantes (cada novo ato – tomar sedes, queimar jornais – galvanizava quem antes estava hesitante). E o êxito em cada etapa serviu de “demonstração de coragem” para outros: comunidades que talvez temessem enfrentar o PCP viram que em Rio Maior fora possível, e sem punição, imitaram. Assim, consolidou-se uma onda de imitação: o jornal *O Século* referiu que se criara um “padrão de violência” a partir de 13 de Julho, repetido em vilas distantes. Esse efeito contágio maximizou a força do movimento além do foco original.

Convergência de interesses políticos mais amplos: Por trás da adesão popular, estava também a confluência com agendas políticas nacionais. O PS e o PPD, ao saírem do Governo por discordarem do PCP, encontravam nesses protestos um aliado objetivo. Mesmo sem controle direto, moderados e “spínolistas” fomentaram o clima favorável. Emissários de Spínola (MDLP) teriam fornecido dinheiro, materiais propagandísticos anticomunistas e talvez armas a certos grupos nortenhos. Por seu lado, setores moderados do MFA deixaram claro que não interviriam contra os agricultores.

Essa convergência entre povo e parte das elites deu ao movimento um lastro político e financeiro que o tornou resiliente e capaz de se manter por semanas, culminando no grande meeting de 24 de Novembro em Rio Maior. Em última análise, o movimento agrícola funcionou como massa de manobra espontânea (no bom sentido) para pressionar pelo afastamento da extrema-esquerda – objetivo que tantos outros (partidos, Igreja, potências ocidentais) também desejavam naquele momento.

Por que o movimento perdeu fôlego posteriormente?

Apesar de seu impacto notável no verão de 1975, o movimento dos agricultores arrefeceu consideravelmente após o final daquele ano. Várias razões explicam por que ele não se perpetuou com a mesma intensidade e acabou mudando de natureza (da rua para a institucionalização):

Mudança do contexto político (intervenção militar moderada): O fator determinante foi o desfecho da crise política a 25 de Novembro de 1975. Quando os militares moderados liderados por Ramalho Eanes e outros venceram o confronto interno e neutralizaram os radicais (prisão de Otelo, desmantelamento do COPCON, etc.), a ameaça imediata de um golpe comunista evaporou. Com a queda de Vasco Gonçalves e a formação do VI Governo Provisório (chefiado por Pinheiro de Azevedo, de linha centrista), os agricultores sentiram que seus principais objetivos haviam sido alcançados: o PCP fora afastado do poder central e as políticas de coletivização seriam revistas. Assim, a motivação para continuar mobilizado nas ruas diminuiu drasticamente – a luta parecera ganha. Como apontou o próprio Joaquim Nazaré Gomes, “finalmente nos foi restituída a liberdade e a democracia” com o 25 de Novembro, ou seja, cessou o estado de necessidade que justificava ações diretas. Após essa virada, o governo (agora incluindo PS e PPD) passou a condenar qualquer desordem, e as Forças Armadas voltaram a apoiar a lei e a ordem, retirando a indulgência que antes beneficiara os manifestantes. Em suma, o movimento perdeu o “inimigo” galvanizador (o risco de ditadura comunista) e perdeu também o

vácuo de autoridade que lhe permitia agir impunemente.

Institucionalização e mudança de estratégia: Desde o fim de 1975, a liderança do movimento percebeu que era hora de trocar a mobilização espontânea pela atuação institucional. A fundação da CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal), formalizada em janeiro de 1976 em Rio Maior, marcou essa transição. A CAP congregou as várias associações e secretariados regionais (APA, SNA etc.) sob uma entidade reconhecida legalmente, apta a negociar com o governo. Desta forma, a “causa” dos agricultores entrou na via da concertação social e do lobby político, ao invés de continuar nas barricadas. Essa mudança de estratégia foi deliberada: líderes como Casqueiro e Rosado Fernandes decidiram apostar na influência nos gabinetes ministeriais, parlamento e opinião pública, ao invés de ação direta de massas. Com isso, a energia do movimento de base foi canalizada para formas mais convencionais de reivindicação (manifestos, participação em eleições – muitos ativistas candidataram-se por PSD ou CDS –, greves de zelo, etc.). A luta contra a Reforma Agrária seguiu-se, mas já dentro das instituições: pressionando pela alteração da lei. Por exemplo, em 1976 e 1977, a CAP organizou grandes manifestações pacíficas (como a de 100 mil agricultores em Braga, em janeiro de 1976, e protestos em Santarém), até lograr a revisão da lei agrária pelo Ministro António Barreto em 1977. Assim, a radicalidade de 1975 deu lugar a um ativismo de lobby, menos visível porém efetivo.

Repressão e condenação dos excessos: Após a estabilização democrática, houve esforços para punir ou, pelo menos, coibir os remanescentes do terrorismo de direita. O governo de transição e depois os primeiros governos constitucionais (1976 em diante) condenaram explicitamente os assaltos a sedes partidárias. Inquéritos foram abertos para identificar autores de violência grave. Embora muitos casos tenham ficado impunes (até pelo apoio comunitário que blindava os envolvidos), o Estado de Direito recuperado enviou sinal claro: novas ações violentas não seriam toleradas. Por exemplo, a tragédia de Santarém em 6 de Novembro de 1975 – onde um manifestante latifundiário e um militante de



esquerda morreram em confrontos – chocou a nação e deixou claro que o próximo episódio poderia degenerar em derramamento de sangue. Isso funcionou como travão psicológico para muitos: não queriam uma guerra civil. Inclusive líderes agrícolas moderados passaram a pedir calma. Registos de reuniões do SNA mostram que alguns oradores preferiram cancelar manifestações planeadas para evitar violência excessiva (há menção que no dia 11 de dezembro de 1975 discutiu-se cancelar um plenário de agricultores previsto, devido à pressão para não exacerbar tensões). Assim, a partir de 1976 a própria CAP evitou associações com atos de força, tentando construir uma imagem respeitável. Esse contexto contribuiu para esfriar a mobilização popular contínua.

Divisões e diversidade de interesses no seio do movimento: No clímax de julho-agosto de 1975, a unidade contra o PCP era forte o suficiente para suplantar diferenças. Porém, após removido o perigo imediato, ressurgiram diferenças internas entre os agricultores. Havia desde “grandes proprietários e lavradores ricos” até “pequenos rendeiros e caseiros pobres” unidos circunstancialmente. Seus interesses de longo prazo nem sempre coincidiam – por exemplo, na discussão sobre subsídios agrícolas ou sobre direitos dos trabalhadores rurais, divergiam. O PCP, ao recuar, tentou capitalizar nessas divisões: reorganizou sindicatos de assalariados rurais (particularmente no Sul) e denunciou a CAP como instrumento dos grandes agrários contra os pequenos. Embora a CAP tenha buscado incluir pequenos produtores, a heterogeneidade social diluiu um pouco a força monolítica do movimento inicial. Pequenos agricultores de zonas onde não houve reforma agrária começaram a ter outras preocupações (preços, crédito agrícola, etc.), afastando-se da questão ideológica pura. Dessa forma, a coesão diminuiu e o ímpeto unificado arrefeceu. Nas palavras de estudiosos, “as pré-condições estruturais de conflito estavam lá, mas precisavam dos atores para lhes dar sentido”; uma vez removido o catalisador (ameaça comunista), as clivagens internas puderam fragmentar a mobilização.

Apropriação política e esvaziamento da espontaneidade: Por fim, é preciso notar que o caráter espontâneo e popular que dera

legitimidade a Rio Maior foi aos poucos substituído por uma estrutura mais hierarquizada e politizada (a CAP, filiações partidárias de líderes, etc.). Isso gerou algum desencanto em bases locais. O PCP e a esquerda passaram a acusar a CAP de ser controlada por partidos de direita e ex-régime, tentando tirar-lhe a aura popular. Essa “usurpação pela direita” no discurso público (mesmo que não inteiramente verdadeira) conseguiu distanciar setores centristas ou menos politizados. A partir de 1977, a CAP era vista já não como um movimento social difuso, mas como mais um parceiro institucional e, por seus opositores, como um “símbolo da reação”. Essa mudança de imagem pode ter inibido adesões posteriores de quem, em 1975, apoiara o movimento apenas para salvar a democracia, não para se alinhar a agendas partidárias de direita. Em resumo, a perda do caráter apartidário e local contribuiu para a diminuição do fervor inicial.

Em conclusão, o movimento dos agricultores teve êxito ao atingir rapidamente seus objetivos táticos – impedir a ocupação comunista, influenciar a queda do governo radical e garantir voz nas reformas políticas – o que paradoxalmente eliminou o fator mobilizador que o sustentava. Consolidada a democracia pluralista, a luta continuou em outros fóruns e moldes, mas o “espírito de Rio Maior” enquanto levantamento popular arrefeceu, entrando para a história como um episódio irrepetível da defesa da liberdade num contexto revolucionário específico.

## V. Contexto Internacional: A Influência Soviética e a Guerra Fria em Portugal (1975)

Para compreender plenamente o episódio de Rio Maior, é crucial inseri-lo no quadro geopolítico da Guerra Fria. Em 1975, Portugal tornou-se um inesperado campo de disputa entre Leste e Oeste. A forte presença do PCP no processo revolucionário levantou temores de que o país – membro fundador da NATO – pudesse tornar-se a primeira “peça do dominó” comunista na Europa Ocidental desde

a Segunda Guerra. Essa conjuntura internacional influenciou, ainda que indiretamente, os eventos locais e as percepções dos atores internos.

## O PCP e a ideologia pró-soviética

O Partido Comunista Português, liderado por Álvaro Cunhal, era um dos partidos comunistas mais ortodoxos do Ocidente. Cunhal vivera longos anos exilado em Moscovo e o PCP mantinha relações fraternas estreitas com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Ideologicamente, defendia a implantação em Portugal de uma “democracia popular” de tipo socialista, convergente com o modelo soviético do Leste Europeu (ainda que retoricamente falasse numa via portuguesa para o socialismo). Em 1975, o PCP participou nos governos provisórios, mas, insatisfeito com a partilha de poder, procurou alavancar os movimentos de massas (comissões de trabalhadores, ocupações agrícolas, comités populares de bairro) para criar um poder paralelo revolucionário. Essa estratégia tinha o claro apoio de Cunhal e do aparelho partidário, que estavam determinados a “não deixar escapar a conquista da ditadura do proletariado” – como acusavam seus detratores.

A influência soviética sobre o PCP manifestava-se de várias formas. Financiamento e assessoria: Relatórios da CIA indicavam que já em 1974 havia sinais de que os soviéticos financiariam a campanha do PCP para a Constituinte de 1975, disponibilizando fundos maciços para propaganda e organização sofisticada. De fato, estimou-se que o PCP tinha recursos muito superiores aos dos seus rivais nas campanhas – algo atribuído a apoio do “ouro de Moscovo”. Além disso, enviados do PCUS e de outros partidos comunistas visitaram Lisboa para aconselhar Cunhal. Coordenação política: Em meados de 1975, a União Soviética acompanhava atentamente a crise portuguesa. Um memorando de inteligência dos EUA de julho de 1975 nota que “as ações recentes dos soviéticos sugerem que Moscovo, que observa cuidadosamente a situação, partilha da inquietação do PCP” perante a contra-ofensiva dos moderados.

Ou seja, o Kremlin estava alarmado com a possibilidade de recuo da revolução e apoiava os esforços de Cunhal para consolidar o poder. O PCP, por sua vez, espelhava a linha soviética: defendia a permanência de Portugal no Movimento dos Não Alinhados (Cunhal tinha reservas sobre sair da NATO de imediato, o que coincide com a prudência soviética em não forçar um confronto direto naquela etapa), mas ao mesmo tempo integrava a propaganda do Bloco de Leste.

Atuação dos serviços secretos: Muito tem sido especulado sobre o papel do KGB em Portugal. Arquivos sugerem que a estação do KGB em Lisboa esteve bastante ativa durante 1974-75, estabelecendo contactos com oficiais do MFA (em especial da 5ª Divisão, encarregada da informação e propaganda) e fornecendo conselhos estratégicos ao PCP. É conhecido, por exemplo, que Viktor Kulikov, um alto militar soviético, visitou Portugal e que relatórios do leste exortavam os comunistas portugueses a se prepararem para um eventual confronto armado. No caso específico de Rio Maior, não há evidências diretas de envolvimento do KGB – seria improvável num acontecimento tão localizado. Porém, não deixa de ser relevante notar que a inteligência militar do MFA (SDCI) rotulou as zonas sob controle dos agricultores de “zonas de poder reaccionário” inalcançáveis à autoridade de Lisboa, e essa informação certamente interessou aos conselheiros soviéticos (afinal, demonstrava as dificuldades da “via revolucionária”). Moscovo terá aconselhado prudência ao PCP, para evitar um banho de sangue que prejudicasse a imagem internacional da URSS numa altura delicada (Conferência de Helsínquia, julho de 1975, sobre segurança europeia). Ainda assim, telex diplomáticos americanos relatavam que se os comunistas parecessem prestes a vencer em Portugal, a URSS poderia intensificar o apoio, fornecendo dinheiro e material (embora dificilmente tropas, para não provocar represália NATO).

Em suma, a ideologia do PCP era claramente pró-soviética, e isso alimentou os receios internacionais e domésticos. Os agricultores de Rio Maior acreditavam piamente que lutavam contra a instauração de um regime ao estilo soviético (coletivização forçada,

partido único, etc.). Nas entrevistas conduzidas em 2012, Nazaré Gomes e outros confirmaram que temiam uma ditadura comunista em Portugal nos moldes das de Leste. Essa convicção foi um motor psicológico poderoso. Por outro lado, a proximidade PCP-URSS ofereceu munição propagandística: panfletos clandestinos distribuídos no Norte em 1975 clamavam “Não queremos o modelo soviético aqui” e equiparavam o PCP a um instrumento estrangeiro. Em resumo, a sombra de Moscovo pairava sobre o confronto em terras ribatejanas – ainda que indiretamente, moldou as motivações de uns e as justificações de outros.

### Receios internacionais e ações dos EUA/NATO

Do lado ocidental, os acontecimentos portugueses eram acompanhados com apreensão. Os Estados Unidos, em particular, viam a ascensão comunista em Portugal como um potencial abalo no equilíbrio da NATO. O Secretário de Estado Henry Kissinger era notoriamente pessimista quanto a Portugal, chegando a considerar que Soares (PS) seria um “Kerensky” incapaz de travar os bolcheviques (Cunhal). Washington preparou-se para cenários extremos: numa reunião a 22 de janeiro de 1975, Kissinger e o Secretário de Defesa James Schlesinger discutiram que “há 50% de chance de perder Portugal” e revelaram que o Pentágono tinha um plano de contingência para “tomar os Açores” se um regime comunista assumisse o poder em Lisboa. Essa última informação, mantida secreta por décadas, mostra o nível de seriedade com que a hipótese de Portugal sair da órbita ocidental era tratada – os Açores, pela sua base aérea estratégica (Lajes), seriam ocupados pelos EUA para não caírem sob influência adversária.

A CIA, por seu turno, intensificou as ações encobertas. Documentos desclassificados revelam que já em 1974 o 40 Committee (painel da Casa Branca para operações secretas) aprovou um programa para apoiar forças políticas centristas em Portugal e enfraquecer o PCP. Esse programa envolvia financiamento clandestino a partidos como o PS e o PPD através de intermediários europeus (Alemães, Britânicos, etc.), treinamento de organizadores de campanha e apoio a oficiais moderados no MFA. General Vernon Walters, da CIA,

visitou Lisboa em 1974 para avaliar a situação e pavimentar essa intervenção. Em 1975, conforme a crise se adensava, a espionagem americana enviava constantes alertas: no President's Daily Brief de 25 de Julho de 1975 (informação presidencial diária), a CIA relatava que "Gonçalves ainda tem mandato para formar novo governo mas enfrenta oposição; comunistas armam-se e há risco de confrontos; moderados podem agir em breve com apoio do Presidente". Essa previsão praticamente narra o que ocorreria no mês seguinte.

Como os acontecimentos de Rio Maior se encaixam nisso? Para os americanos e aliados, eles foram vistos a princípio como um sinal encorajador de que a maré podia estar a virar. Um relatório da CIA de 18 de Julho de 1975 refere "um novo vigor dos moderados" e "tendência crescente de acusar Gonçalves e os comunistas de tentarem controlar o país", o que está em linha com a repercussão de Rio Maior (que, de fato, acusava exatamente isso). A inteligência alertava também para o "considerável potencial de violência" e civis armados, apontando que grupos de direita no exílio poderiam achar chegado o momento de tentar voltar ao poder – clara alusão a Spínola/MDLP. Ou seja, Washington percebia que se criara uma "linha de batalha" na política portuguesa, com dois lados dispostos ao choque, e que a situação caminhava para um desfecho. Em tal cenário, os protestos rurais eram um elemento a ser apoiado nos bastidores, pois enfraqueciam o PCP e justificavam a necessidade de ação moderada. Não surpreende que a diplomacia americana tenha intensificado contatos com Soares e Melo Antunes no verão, assegurando-lhes que a ajuda ocidental viria caso conseguissem segurar Portugal no campo democrático.

A Europa Ocidental também agiu: Social-democratas alemães e a Internacional Socialista auxiliaram financeiramente o PS (Soares) e sindicatos livres; o governo francês (Giscard) e britânico (Wilson) colaboraram discretamente. Inclusive, subsídios secretos do SPD alemão e do Partido Trabalhista britânico chegaram ao PS para campanhas anticomunistas. A coordenação ocidental, articulada por Kissinger, visava isolar o PCP internamente e dissuadir a URSS de qualquer aventura. A certa altura, ponderou-se até a expulsão de



Portugal da NATO caso os comunistas tomassem o governo.

Com a vitória dos moderados em Novembro, tanto EUA quanto URSS respiraram aliviados: evitou-se uma guerra civil. A CIA e as potências ocidentais saudaram o 25 de Novembro como “vitória da democracia”, enquanto a URSS se reconformou com um PS no poder em vez do PCP (preferível a perder Portugal por completo para o bloco ocidental ou arriscar uma intervenção direta). De todo modo, Portugal 1975 tornou-se estudo de caso de “guerra fria por procuração”: sem tropas soviéticas ou americanas no terreno, mas com dinheiro, propaganda e apoio indireto influenciando os atores locais.

Para a nossa análise, a influência soviética e o contexto global clarificam por que os agricultores de Rio Maior agiram com tamanha determinação: acreditavam que lutavam não só contra uns vizinhos comunistas, mas contra um plano coordenado apoiado pela URSS para colocar Portugal atrás da “Cortina de Ferro”. Essa convicção amplificou a urgência da reação. Por outro lado, do prisma histórico, podemos ver Rio Maior como uma pequena peça do xadrez global – o início de uma série de “contra-ataques” que ajudaram a assegurar que Portugal se mantivesse no campo ocidental, algo que Washington considerava vital (ao ponto de, como vimos, ter um plano militar de contingência). Em suma, os ecos da influência soviética e da resposta ocidental ressoam no episódio: ele fez parte do capítulo português da Guerra Fria, mesmo acontecendo nas pacatas ruas de uma vila ribatejana.

## VI. Legado e Perspetivas Atuais (1975–2025)

Passados 50 anos, o episódio de 13 de Julho de 1975 em Rio Maior continua a ser lembrado, embora de forma distinta conforme o quadrante político. Neste capítulo final, abordamos a memória institucional do acontecimento – como é celebrado ou evocado – e analisamos como alguns desafios atuais do mundo rural em

Portugal se conectam (ou contrastam) com aquelas lutas de 1975. Também examinamos a reação da sociedade portuguesa contemporânea a esse legado, num país hoje democrático e integrante da União Europeia.

## Memória Institucional e Comemorações

Em Rio Maior, o Dia 13 de Julho rapidamente ganhou estatuto simbólico. Como mencionado, de 1976 a 1985 foi feriado municipal (“Dia do Agricultor Livre”). Durante essa década, a data era celebrada com cerimónias oficiais, romagens ao local do antigo Grémio e eventos pela Confederação dos Agricultores. Contudo, após 1985 (coincidindo talvez com mudanças políticas locais – a autarquia pode ter passado para mãos socialistas ou comunistas, que revogaram o feriado), o 13 de Julho deixou de ser feriado municipal. Ainda assim, permaneceu na toponímia (Avenida 13 de Julho) e na memória coletiva local.

Nos últimos anos, associações locais têm procurado reviver essa memória. Em 2023, por exemplo, o jornal Região de Rio Maior publicou uma reconstituição detalhada intitulada “13 de julho 1975: os agricultores unem-se em Rio Maior”, destacando o orgulho local pelo feito. Em 2024, por ocasião dos 49 anos do 25 de Novembro, houve em Rio Maior uma conferência e Joaquim da Nazaré Gomes foi convidado a contar em primeira pessoa a história, reforçando o papel de Rio Maior como “fronteira entre esquerda e direita” e o lugar onde se deu “o sinal necessário” para a libertação.

Preparando o marco de meio século, está em curso uma verdadeira recuperação comemorativa. No domingo, 13 de Julho de 2025, Rio Maior planeja celebrar os 50 anos do “Dia do Agricultor Livre” com pompa. A programação anunciada inclui concentração e desfile de tratores pelas ruas, descerramento de uma placa alusiva no Jardim Municipal e uma sessão solene com entidades oficiais. Haverá ainda homenagem aos agricultores falecidos (um minuto de silêncio) e em especial a Adelino da Costa Bernardes, figura local de 1975 que

já citamos. Esses eventos têm o apoio do Município de Rio Maior, da Cooperativa Agrícola local e da APARRM (Associação dos Produtores Agrícolas da Região de Rio Maior), sinalizando um consenso local em torno da importância histórica do acontecimento.

Paralelamente, a nível nacional, a CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal também se mobiliza para marcar a data. A CAP assinala 2025 como seu 50º aniversário, pois considera Rio Maior/Novembro de 1975 a sua génese. Em comunicado oficial, a CAP afirma que “nesse dia 13 de julho de 1975... centenas de agricultores uniram-se... num gesto de firmeza e coragem que se tornou símbolo da defesa dos direitos do setor e da dignidade da agricultura nacional”. Reconhece que aquele levantamento foi fundamental para estabilizar o processo democrático e consolidar a democracia em Portugal, e lembra que “poucos meses depois, precisamente em Rio Maior a 25 de novembro de 1975, era fundada a CAP”. No domingo comemorativo de 2025, a CAP juntar-se-á às entidades riomaiorenses na celebração, sublinhando “a importância contínua da agricultura no desenvolvimento do país”. O tom é claramente de exaltação positiva do legado – o 13 de Julho é visto como um “Dia de afirmação dos Agricultores” que libertou o setor de um jugo ideológico.

Essa narrativa institucional – tanto local quanto da CAP – pinta o evento como património de luta pela liberdade. No entanto, importa referir que a memória não é unânime. Para o PCP e setores da esquerda, o 13 de Julho de 1975 permanece registrado negativamente, associado a violência reacionária e anti-democrática. Nos materiais do PCP, como a obra de Cunhal citada, aquele dia é apresentado como início de uma onda terrorista que visou destruir sedes de partidos legais e travar as conquistas revolucionárias. Até hoje, o PCP recorda as vítimas dessas agressões e minimiza a ideia de espontaneidade popular. Por isso, dificilmente veremos figuras ou autarquias comunistas a aderir a comemorações elogiosas desse episódio. Pelo contrário, em 2015 (40 anos) e 2025 (50 anos), a imprensa ligada ao PCP tende a publicar artigos relembrando “o verão quente – a campanha terrorista da direita” para contrapor à

narrativa da CAP.

A nível académico e museológico, o tema tem despertado interesse. O Centro de Documentação 25 de Abril (Universidade de Coimbra) guardou teses e testemunhos orais sobre Rio Maior (utilizámos aqui a de Tiago Gil de 2012). Não surpreenderia se uma exposição ou colóquio histórico vier a ser organizado em Santarém ou Rio Maior por ocasião do cinquentenário, para debater o significado do evento. Ao mesmo tempo, o Arquivo RTP e a agência Lusa possuem registos de 1975 – possivelmente entrevistas ou reportagens de então – que poderão ser recuperados e difundidos na efeméride. Essa reavaliação permite inserir a memória local no contexto mais amplo da Revolução.

Em resumo, a memória institucional de Rio Maior 1975 hoje é dual: celebrada com orgulho pelos herdeiros (CAP, comunidade local) como uma vitória da liberdade, e lembrada com amargura pela esquerda como início de uma contra-revolução violenta. Contudo, no imaginário histórico nacional, a versão vitoriosa acaba por prevalecer, já que o regime democrático português foi o resultado do triunfo daqueles (os agricultores inclusive) que se opuseram a um rumo totalitário. Assim, é provável que em 2025 a Assembleia da República ou outras instituições façam menção elogiosa ao contributo dos agricultores na defesa da democracia, ainda que o façam de forma genérica para não melindrar sensibilidades partidárias.

## Desafios Atuais do Campo Português e Eco do Passado

Os problemas que mobilizavam os agricultores em 1975 giravam em torno da propriedade da terra, das estruturas corporativas e da influência comunista no campo. Hoje, em 2025, o contexto é muito diferente. Os desafios do setor agrícola e do mundo rural em Portugal passaram a ser outros: a produtividade e competitividade, a sustentabilidade ambiental, a renovação geracional e a coesão do território.

Algumas questões concretas que dominam a agenda atual:

Reforma Agrária e Estrutura Fundiária: Este deixou de ser um tema fracturante como em 1975. Após a Lei Barreto de 1977 (que travou a reforma agrária) e a entrega de indemnizações aos ex-proprietários (processo concluído em 2000), a grande maioria das terras ocupadas voltou a mãos privadas ou foi integrada em cooperativas voluntárias. Hoje, fala-se mais em ordenamento agrário do que em reforma – por exemplo, o emparcelamento de minifúndios no Norte ou a gestão eficiente do regadio no Alqueva. A antiga clivagem latifúndio vs minifúndio ainda existe em termos regionais, mas já não gera conflito ideológico. Se há algum eco de 1975, seria nas tensões entre pequenos produtores e grupos empresariais: atualmente, grupos agroindustriais (muitos estrangeiros) compram extensas terras no Alentejo e Ribatejo para olival intensivo, amêndoa, etc., o que causa atrito com agricultores tradicionais. Porém, estes conflitos expressam-se em termos de sustentabilidade e concorrência, não mais de luta de classes. A CAP hoje tanto representa pequenos como grandes, mas enfrenta o desafio de equilibrar interesses divergentes dentro do setor.

Desenvolvimento Rural e Coesão Territorial: Um dos maiores problemas atuais é a desertificação humana do interior rural. Muitas aldeias perderam população jovem, ficando apenas idosos. A atividade agrícola decaiu em áreas de minifúndio, levando ao abandono de terras (um fator que contribui, por exemplo, para incêndios florestais recorrentes). A coesão territorial implica reduzir as disparidades entre litoral urbano e interior rural – um desafio reconhecido nas políticas públicas. Em 1975, curiosamente, a mobilização dos agricultores do Norte também tinha um quê de afirmação do interior face ao poder emanado de Lisboa. Hoje, já não existe hostilidade política entre interior e capital, mas permanece a sensação de esquecimento. Iniciativas contemporâneas buscam inverter isso: programas de Desenvolvimento Rural cofinanciados pela UE (como o PRODER, PDR2020) investem em modernização agrícola, jovens agricultores, vias de escoamento, internet no campo, etc. Há esforços para promover o turismo rural, os

produtos locais com denominação e outras formas de revitalizar o rural. Entretanto, a eficácia é moderada – Portugal continua muito litoralizado. O legado de 1975, quando agricultores se uniram para ter voz, pode inspirar hoje movimentos de cidadania rural exigindo melhores serviços (saúde, transportes) no interior, embora agora sem qualquer tonalidade ideológica vermelha vs. branca.

Sustentabilidade e ambiente: Esta é uma dimensão inexistente no debate de 1975 e central em 2025. As preocupações com uso sustentável da água, redução de pesticidas, adaptação às mudanças climáticas e respeito pelo bem-estar animal ganham peso crescente. Paradoxalmente, alguns dos herdeiros daqueles agricultores de 1975 hoje confrontam-se com críticas ambientalistas. Por exemplo, a CAP frequentemente posiciona-se contra certas metas ambientais europeias que julga penalizarem os produtores (como cortes em apoios a gásóleo verde, restrições a fertilizantes, limites à plantação intensiva). Há portanto novos campos de batalha discursivos, mas muito diferentes: não mais entre comunismo e capitalismo, e sim entre produtivismo e ecologia. Ainda que haja cooperação possível (agricultura sustentável, etc.), existe tensão. A sociedade portuguesa urbana algumas vezes choca com a realidade rural: temas como a caça, as touradas, a questão dos eucaliptos ou a concentração fundiária para culturas intensivas são alvo de polémica. A CAP posiciona-se como guardiã dos interesses dos agricultores também nesses debates, enquanto ONGs ambientais pedem mudanças de paradigma. Trata-se de desafios inéditos para a geração de 1975 – que lutava para aumentar a produção e alimentar o país sem se preocupar com pegada carbónica.

Modernização e políticas europeias: A entrada de Portugal na CEE (1986) transformou a agricultura nacional, com a Política Agrícola Comum (PAC) a ditar grande parte das regras. Subsídios, quotas e regulamentações europeias passaram a ter mais impacto no quotidiano agrícola do que as disputas ideológicas internas. Muitos agricultores beneficiaram de fundos estruturais para investir, mas outros não resistiram à concorrência aberta. O setor viu um êxodo: dos quase 25% da população ativa na agricultura



em 1975 reduziu-se para menos de 5% hoje. Esse processo trouxe prosperidade a uns e abandono a outros. A CAP teve de se adaptar – de movimento reivindicativo nacional passou a lobby em Bruxelas, lutando por melhores condições na PAC para Portugal. Hoje, por exemplo, discute-se a PAC pós-2023 que introduz ecossistemas e condicionalidades ambientais; a CAP negocia para não prejudicar demasiado os rendimentos dos agricultores. Em suma, o foco mudou de “livrar-se do comunismo” para “conseguir fundos e condições justas na UE”. Esse é o novo terreno de luta do associativismo agrícola.

Tecnologia e inovação vs tradições rurais: Outro desafio atual é a incorporação de inovação tecnológica (agricultura 4.0, digitalização) que pode aumentar produtividade mas também excluir os produtores menos qualificados ou idosos. A valorização de técnicas tradicionais e saberes locais enfrenta a pressão por eficiência global. O setor busca equilibrar qualidade e tradição (vinhos DOC, azeites DOP) com quantidade e exportação. Nesta seara, a CAP e cooperativas têm projetos de formação, mas há um longo caminho. A dificuldade em atrair jovens para a agricultura é real – contrasta com 1975, quando havia uma massa crítica de jovens lavradores dispostos a pegar na moca para defender a terra. Hoje muitos filhos de agricultores não querem seguir o ofício. Curiosamente, assiste-se a um nicho de neo-rurais (jovens urbanos que vão para o campo por estilo de vida ou negócio orgânico) que trazem novas dinâmicas, mas esse é um fenómeno minoritário ainda.

Fontes Académicas e Teses - Tiago Gil - Tese de Mestrado, Univ. de Coimbra; José Meira Burguete - Estudo sobre movimentos de agricultores ; Imprensa da Época (1975) - Diário do Ribatejo; Diário de Lisboa e Diário Popular ; RTP (1975): emissão especial.

Fontes Institucionais: Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP); Imprensa Regional - Região de Rio Maior: artigos “13 de julho de 1975: os agricultores unem-se em Rio Maior” e “25 de Novembro de 1975, 49 anos.”; Comércio & Notícias (2025): reportagem sobre os 50 anos do “Dia do Agricultor Livre” Obras Históricas e Testemunhos: Álvaro Cunhal (1999) Entrevistas de Joaquim da Nazaré Gomes; Biografia de Adelino da Costa Bernardes.

Fontes Internacionais: CIA – President’s Daily Brief e memorandos de 1975; FRUS (Foreign Relations of the United States).

A cronologia dos eventos (13 de Julho e 24–25 de Novembro).

Em termos de sociedade portuguesa e sua reação a essas questões rurais, pode-se dizer que há maior conscientização e respeito pelo setor hoje do que há algumas décadas. A pandemia COVID-19, por exemplo, fez muita gente dar valor à produção local e à segurança alimentar. Por outro lado, persistem desconhecimentos e estereótipos mútuos: os urbanos veem por vezes o mundo rural como atrasado ou subsidiodependente; os rurais sentem-se incompreendidos e regulados por quem “não sabe plantar um alface”. Eventos históricos como o de Rio Maior em 1975 lembram que os rurais já tiveram um peso político decisivo. Atualmente, esse peso é menor demograficamente, mas politicamente ainda relevante – basta ver que partidos do arco governativo evitam afrontar diretamente a CAP ou os interesses agrícolas (teme-se protestos como os dos coletes amarelos em França). Houve até a emergência de um novo partido de direita populista (CHEGA) com algum apoio em meios rurais e que agita a bandeira contra o “abandono do interior”, ecoando queixas antigas.

No plano cultural, a sociedade portuguesa dos nossos dias olha para 1975 com um misto de fascínio e alívio. Fascínio pela energia participativa (nas cidades e campos); alívio por ter terminado sem guerra civil. A reconciliação nacional após o PREC (Processo Revolucionário) foi relativamente bem-sucedida. Hoje, comunistas e conservadores coexistem pacificamente no Parlamento. Assim, quando se fala de Rio Maior 1975 a um público jovem atual, é preciso contextualizar: para eles, parece quase incrível que compatriotas se engalfinhassem por ideologia. A maioria dos portugueses nascidos depois de 1980 cresceu num ambiente estável, sem polarização comparável. Nesse sentido, explicar o episódio a pessoas de hoje envolve sublinhar a dramaticidade daqueles meses – o receio real de perder liberdades – para que se entenda a paixão com que os agricultores agiram.

Por outro lado, certas questões de 1975 continuam pertinentes de forma transformada. A essência do conflito era quem decide os destinos e quem tem direito à terra. Hoje, discute-se por exemplo o estrangeiramento de terras agrícolas (fundos estrangeiros

comprando grandes extensões) e a soberania alimentar (Portugal importa cerca de 40% dos alimentos que consome). São discussões modernas que, em última instância, remontam ao mesmo fulcro: manter a agricultura nacional viável e em mãos de quem vive no país. Assim, embora mudou o vocabulário, o sentimento de “defesa da nossa agricultura” que animou o Dia do Agricultor Livre não está morto – apenas se manifesta de outras formas, como campanhas “Compre o que é nosso” ou protestos contra tratados comerciais que prejudiquem produtores locais.

### Reflexão final sobre o legado democrático

A sociedade portuguesa no seu conjunto viu consolidar-se, após 1975, um consenso democrático centrista. A memória dos confrontos do Verão Quente funcionou como vacina para muitos: as gerações subsequentes aprenderam o valor da moderação e do diálogo para resolver conflitos sociais, em vez da violência. Os agricultores de Rio Maior, que outrora pegaram em paus, mais tarde passaram a negociar nas Comissões de Concertação Social. Os sindicalistas comunistas que outrora planearam ocupações aceitaram depois o pluralismo sindical.

O episódio de Rio Maior e similares contribuíram, paradoxalmente, para a democratização plena: ao sinalizarem limites à radicalização, forçaram um compromisso histórico. Em 1977, o PCP finalmente aceitou o jogo democrático dentro do possível, e PS/PSD assumiram alternância normalizada. O trauma dos excessos daquele período foi sendo sublimado em políticas inclusivas. Por exemplo, a Constituição de 1976 incluiu no preâmbulo referências tanto à defesa da democracia representativa quanto ao objetivo de realizar reformas econômicas visando a igualdade – ou seja, incorporou algo das aspirações de ambos os campos.

Hoje, a distância temporal permite analisar 13 de Julho de 1975 sem maniqueísmo: nem só “heróis da liberdade” nem só “terroristas reaccionários”, mas cidadãos num contexto revolucionário específico, reagindo às circunstâncias excepcionais. A lição que

muitas vezes se extrai – e que como analistas devemos destacar – é a de que as democracias são frágeis quando polarizadas. Em Rio Maior, a ausência de canais institucionais para resolver a disputa (porque o Estado estava fragilizado) levou ao confronto direto. Atualmente, felizmente, Portugal dispõe de mecanismos legais e dialógicos. Se agricultores têm queixas (digamos, contra uma lei ambiental), levam-nas a comissões parlamentares, fazem manifestações ordeiras em Lisboa – dificilmente ocorrerá um novo “Rio Maior” literal. Isso é sinal de amadurecimento democrático.

Contudo, o legado serve de aviso: as tensões entre cidade e campo, entre modelos de desenvolvimento, não devem ser ignoradas, ou podem agravar-se. A coesão nacional requer integrar os rurais nas decisões. Rio Maior 1975 lembra que quando uma parcela significativa da população se sente ameaçada e sem voz, ela pode explodir em ação coletiva. Essa mensagem ecoa para além do tempo e local de origem.

## Conclusão

O “dossiê” do 13 de Julho de 1975 em Rio Maior apresentado neste relatório procurou detalhar os eventos, protagonistas, impactos e significados desse episódio singular da história contemporânea portuguesa. Cronologicamente, vimos como uma tentativa de ocupação do Grémio da Lavoura por elementos comunistas desencadeou uma enorme mobilização espontânea de agricultores, que culminou na destruição de sedes partidárias e numa inédita contra-ofensiva popular à esquerda radical. Identificámos as figuras-chave envolvidas: líderes locais corajosos como Joaquim da Nazaré Gomes e José Manuel Casqueiro, que articularam a resistência e depois a levaram às mesas de negociação do poder, bem como atores nacionais – de Cunhal e Vasco Gonçalves a Soares e Kissinger – cujas ações e preocupações formaram o pano de fundo do drama. Analisámos o porquê do movimento ter ganho tanta amplitude (medo genuíno, estrutura prévia, apoio tácito de instituições) e também por que se dissipou (objetivos alcançados,

institucionalização via CAP, novo contexto pós-Novembro).

No contexto internacional, situámos Rio Maior no tabuleiro da Guerra Fria, mostrando que a “influência soviética” não era abstrata – o PCP tinha apoio de Moscovo e isso alarmou o Ocidente, levando a intervenções encobertas da CIA e outros, num jogo de pressões que certamente influenciou os desenlaces políticos de 1975. Rio Maior acabou assim por ser um pequeno bastião de resistência que contribuiu para garantir a ancoragem de Portugal no mundo livre, fato reconhecido inclusive pela CAP ao afirmar que aquele gesto firme dos agricultores ajudou a “consolidação da democracia em Portugal”\*.

Atualizando a narrativa, percebemos que o legado de Rio Maior permanece vivo sobretudo na memória local e setorial (comemorações do Dia do Agricultor Livre, honrarias aos protagonistas), mas o país que emergiu desses conflitos transformou-se profundamente. Os desafios rurais de hoje já não são disputas ideológicas de posse da terra, mas antes o combate ao abandono rural, a reconciliação entre produção e sustentabilidade, e a integração das zonas agrícolas numa economia globalizada e digital. Nesse percurso, a CAP – filha direta daqueles acontecimentos – adaptou-se de movimento de resistência a parceira institucional, mas mantém do seu “DNA fundador” a missão de defender os agricultores perante o Estado e a sociedade, ainda que os adversários agora sejam outros (normas burocráticas de Bruxelas, mercados internacionais desequilibrados, etc.).

Em perspetiva histórica, Rio Maior 13/7/1975 representa um exemplo de como, num momento revolucionário, os atores sociais podem inverter o curso dos acontecimentos quando sentem seus direitos ameaçados. Foi um ato de capacitação coletiva – camponeses que durante décadas estiveram submetidos (no Estado Novo) ou marginalizados (nos meses pós-25Abr) assumiram subitamente as rédeas do destino local e influenciaram o nacional. Esse empoderamento traduziu-se depois na criação de suas próprias estruturas (APA, CAP) para nunca mais serem apanhados

desprevenidos. Pode argumentar-se que a democracia portuguesa consolidada deve algo a esses “revoltosos improváveis” – homens do campo que normalmente não fazem a história dos manuais, mas que naquele julho quente integraram as manchetes e os relatórios da CIA.

Para as novas gerações, o episódio de Rio Maior ensina a importância da vigilância democrática. Mostra que conceitos como liberdade e propriedade podem mobilizar pessoas comuns a atos extraordinários quando julgados em risco. Ensina também os perigos da polarização extrema: em 1975 quase descambou em guerra fratricida; hoje, felizmente, existem canais de mediação. O fato de Portugal em 2025 ser uma democracia estável, sem confrontos violentos, deve-se em parte às duras lições aprendidas em 1975.

Em conclusão, o 13 de Julho de 1975 em Rio Maior foi simultaneamente um fim e um começo: o fim das ilusões de uma tomada comunista fácil do poder e o começo da afirmação organizada dos agricultores na sociedade portuguesa democrática. Cinquenta anos depois, honrar esse legado significa reconhecer o papel que aqueles cidadãos desempenharam na defesa da liberdade e perceber que muitos dos valores por eles invocados – iniciativa individual, respeito pela propriedade e simultaneamente pelo trabalho, equilíbrio entre Estado e sociedade civil – continuam relevantes para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

# Participação dos Agricultores de Rio Maior nos Eventos do 25 de Novembro de 1975

## Introdução

Em 1975, Portugal vivia o conturbado Verão Quente, período em que o processo revolucionário pós-25 de Abril atingiu o auge de polarização. O dia 25 de Novembro de 1975 marcaria o desfecho desse confronto, com a vitória das forças moderadas sobre os setores radicalizados do MFA (Movimento das Forças Armadas) e do PCP. Neste contexto, os agricultores de Rio Maior destacaram-se como um grupo decisivo de resistência às medidas revolucionárias, especialmente à Reforma Agrária então em curso. A vila ribatejana de Rio Maior – situada a cerca de 70 km a norte de Lisboa, atravessada pela estrada nacional EN1 – tornou-se símbolo da viragem política: “Aqui começa Portugal”, diziam placas colocadas na região, assinalando que dali para norte os avanços da extrema-esquerda seriam travados. Este relatório examina em profundidade a participação dos agricultores de Rio Maior nesses eventos, abordando os preparativos e mobilizações locais anteriores ao 25 de Novembro, as ações empreendidas nos dias 24 e 25, o papel simbólico de Rio Maior na inversão do processo revolucionário, o envolvimento dos agricultores locais na fundação da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a relação dos acontecimentos de Novembro com o episódio precursor de 13 de Julho de 1975, e os principais protagonistas locais (como Adelino da Costa Bernardes e Joaquim da Nazaré Gomes, entre outros). As informações apresentadas baseiam-se em fontes históricas, imprensa da época e estudos posteriores, devidamente referenciados.

## Preparativos e Mobilização Prévia em Rio Maior (Antecedentes do 25 de Novembro)

Após a revolução de 25 de Abril de 1974, formaram-se associações livres de agricultores em resposta às ameaças de ocupação de terras.



Uma dessas organizações foi a Associação Livre de Agricultores (ALA), criada em 1974, que rapidamente se espalhou por regiões como Santarém, Torres Vedras e o Alentejo – exatamente onde se concentrariam as ações da Reforma Agrária. No entanto, com a radicalização do processo político, o governo de Vasco Gonçalves (apoiente do PCP) procurou suprimir essa resistência: em março de 1975 a ALA foi proibida pelo ministro da Agricultura, que a chegou a descrever como “associação de malfeitores”. Isto obrigou os agricultores a se organizarem discretamente. De abril a novembro de 1975, multiplicaram-se reuniões clandestinas de agricultores no Norte e Centro do país, sobretudo na zona de Santarém, articulando estratégias contra as ocupações de terras. Nessas reuniões sobressaía a liderança do Engenheiro José Manuel Casqueiro, juntamente com outros nomes como o professor Raúl Rosado Fernandes, Eng. Lino, Eng. Gonçalves Ferreira e Eng. Tomás Correia – todos eles futuros dirigentes do movimento agrícola. Em paralelo, os setores ligados ao PCP criavam as suas “ligas de pequenos e médios agricultores” para promover a reforma agrária e ocupar as antigas estruturas corporativas agrícolas (os Grémios da Lavoura).

Em Rio Maior, já no primeiro semestre de 1975 formou-se a Associação dos Produtores Agrícolas da Região de Rio Maior (APA), reunindo agricultores locais preocupados com as ameaças de ocupação. Essa associação (também referida como Associação dos Agricultores da Região de Rio Maior, AARM) rapidamente tornou-se foco de resistência. A região estava estrategicamente situada na fronteira entre o Ribatejo e o Oeste, ponto de transição entre um sul em ebulição revolucionária e um norte maioritariamente tranquilo. Como relataram observadores da época, caso eclodisse uma guerra civil, “o país partir-se-ia ao meio exatamente por ali [entre Azambuja e Rio Maior]”, dado o acentuado contraste político entre as duas zonas. Conscientes desta tensão, os agricultores riomaiorenses começaram a mobilizar-se bem antes de novembro.

Nas semanas que antecederam o 25 de Novembro, Rio Maior tornou-se o quartel-general informal dos agricultores insurgentes.

Agricultores de todo o país acorriam à vila para coordenar ações. Formou-se em Rio Maior um Secretariado Nacional de Agricultores (SNA) – um órgão provisório de coordenação nacional, sediado na APA local. Esse secretariado, presidido pelo Eng. José Manuel Casqueiro, passou a reunir-se semanalmente em Rio Maior, promovendo plenários e divulgando orientações para os produtores agrícolas de Norte a Sul. Entre as principais reivindicações articuladas estavam o fim das ocupações selvagens de terras promovidas pela extrema-esquerda e a revogação da Lei nº 406-A, diploma que legalizara muitas dessas ocupações. Além disso, exigia-se a devolução das propriedades expropriadas aos seus donos legítimos e garantias de respeito à pequena e média propriedade privada rural.

A ligação entre Rio Maior e movimentos nacionais intensificou-se. A APA local cooperou estreitamente com associações congêneres de outros distritos e com antigos membros da ALA. O Secretariado Nacional de Agricultores (SNA) funcionou, na prática, como embrião de uma confederação nacional, congregando líderes regionais num esforço unificado. A influência do SNA cresceu ao ponto de atrair a atenção de setores moderados das Forças Armadas: oficiais do MFA contrários à linha gonçalvista (como os do chamado Grupo dos Nove) viam nos agricultores um aliado natural contra a hegemonia comunista. Essa articulação com militares moderados tornou-se evidente na preparação dos acontecimentos finais de novembro. Conforme relatava Casqueiro, “\* não fomos inocentes. Eu liderei de facto o movimento dos agricultores, sabia o que tinha de fazer no dia 24 de novembro. Tínhamos uma determinada capacidade bélica e o apoio de determinadas forças militares da Escola Prática de Cavalaria [de Santarém]”\*. Ou seja, os agricultores coordenavam-se silenciosamente com unidades militares fiéis à democracia, numa aliança cívico-militar destinada a travar a deriva revolucionária.

## Ações dos Agricultores de Rio Maior nos Dias 24 e 25 de Novembro de 1975

No dia 24 de Novembro de 1975, véspera do confronto militar, Rio Maior foi palco de uma enorme concentração de agricultores vindos

de várias partes do país. Atendendo a uma convocatória nacional do SNA (divulgada pela "Comissão Provisória de Agricultores do Sul e Centro de Portugal"), milhares de pequenos e médios agricultores rumaram a Rio Maior para um plenário decisivo. Estima-se que cerca de 50 mil agricultores tenham participado nessa manifestação inédita, embora outras fontes refiram números mais conservadores (cerca de três mil nas imediações imediatas da vila). De todo modo, a afluência foi suficiente para bloquear todas as vias de acesso entre o norte e Lisboa. Na noite de 24 para 25 de Novembro, os agricultores ergueram barricadas e estacionaram tratores, camionetas e outros veículos no meio da estrada nacional EN1 (Lisboa–Porto), cortando também o tráfego noutras estradas secundárias e até na Linha Ferroviária do Oeste. Essa ação coordenada ficou conhecida como as "barricadas de Rio Maior". O objetivo era exercer pressão máxima sobre o governo e as autoridades militares revolucionárias em Lisboa, condicionando a sua liberdade de movimento e demonstrando que o país a norte do Tejo não se conformaria com a imposição de um regime de inspiração comunista.

As exigências dos agricultores foram formalizadas num caderno reivindicativo de 13 pontos, aprovado durante o plenário de 24 de Novembro em Rio Maior. Entre os pontos fundamentais destacavam-se: a suspensão imediata da Reforma Agrária, com revisão urgente da lei que a regulava; a devolução das herdades ocupadas aos respetivos proprietários; a garantia do direito à propriedade privada rural (contestando o lema comunista "a terra a quem a trabalha"); e o afastamento de governantes radicais, em particular a destituição do Secretário de Estado da Estruturação Agrária, António Bica, identificado pelos agricultores como responsável por políticas lesivas dos proprietários. De fato, panfletos distribuídos na manifestação clamavam "Não às ocupações selvagens" e "Pela defesa da legítima propriedade privada", e ameaçavam medidas drásticas caso as reivindicações não fossem atendidas. Numa demonstração de força, os líderes do protesto advertiram que, se ignorados, cortariam o abastecimento de leite, água e energia elétrica a Lisboa – uma forma de "ultimato" ao poder central, que sublinhava o peso económico-político do setor agrícola.

A repercussão dessas ações foi imediata. Em Lisboa, a ala revolucionária acusou os manifestantes de organizarem um verdadeiro “cenário de guerra aberta contra Lisboa”, qualificando-os como “fascistas” disfarçados de agricultores. No Parlamento (Assembleia Constituinte), nos dias seguintes, deputados do PCP denunciaram o levantamento de Rio Maior como um “golpe CDS/CAP” – insinuando que partidos de direita (como o CDS) e os agricultores conspiravam para derrubar o processo revolucionário. Um deputado comunista chegou a afirmar, indignado, que “Portugal não começa em Rio Maior, como ridiculamente pretendiam os promotores fascistas lá concentrados”. Essas declarações mostravam o pavor que o movimento de Rio Maior incutira nos setores revolucionários, bem como a carga simbólica atribuída a essa resistência.

Enquanto as barricadas prosseguiram ao longo da madrugada de 25 de Novembro, deu-se em Lisboa o aguardado desenlace militar. Por volta das 2h da manhã, oficiais moderados liderados pelo então Tenente-Coronel Ramalho Eanes iniciaram a contra-ofensiva para neutralizar as forças insubordinadas da extrema-esquerda. Tropas paraquedistas leais ao COPCON já tinham se posicionado em locais estratégicos de Lisboa na noite anterior, tentando tomar vantagem, mas agora enfrentavam a reação coordenada dos comandos de Jaime Neves e de unidades das Regiões Militares do Norte, Centro e Sul, fiéis ao Conselho da Revolução dominado pelos moderados. Em Rio Maior, os agricultores mantinham o bloqueio, aguardando sinais. Houve comunicação direta entre os representantes dos agricultores e as autoridades militares moderadas naquela noite: no final do comício, ainda em 24 de Novembro, dois emissários do Conselho da Revolução (afetos à ala moderada) abordaram o Eng. José Manuel Casqueiro, pedindo que uma delegação dos agricultores se deslocasse urgentemente a Lisboa (Palácio de Belém) para dialogar com os membros do Conselho. Casqueiro atendeu ao apelo e partiu de Rio Maior rumo a Belém acompanhado por três agricultores riomaiorenses – Luís Madeira, Guilherme Jacinto e Joaquim da Nazaré Gomes.

A reunião em Belém atravessou a madrugada, prolongando-se até cerca das 6h da manhã de 25 de Novembro. Nela, os representantes dos agricultores expuseram as suas reivindicações diretamente a oficiais do Conselho da Revolução e ao Presidente da República (General Costa Gomes). Segundo o relato de Nazaré Gomes, os conselheiros mostraram compreensão e prometeram que o governo analisaria aquelas pretensões nos dias imediatos, dando prioridade à resolução da crise agrária. Ao saírem do palácio, já com a madrugada avançada, os delegados de Rio Maior cruzaram-se com o Tenente-Coronel Jaime Neves – comandante do Regimento de Comandos da Amadora – que aguardava próximo da Calçada da Ajuda. Jaime Neves confidenciou-lhes que estava ali para interceptar armamento militar proveniente de Angola que poderia cair nas mãos dos rebeldes. Poucas horas depois, o 25 de Novembro estava em marcha plena: as emissoras radiofônicas e televisivas anunciavam que uma tentativa de golpe da esquerda radical fora contida e que a ordem democrática seria restabelecida. Com a neutralização dos focos militares insurgentes ao longo do dia 25, as barricadas de Rio Maior perderam a razão de ser e foram desmobilizadas. Os agricultores, porém, permaneceram vigilantes até se certificarem de que a sua “suspensão de funções” (uma espécie de greve nacional do setor agrícola) surtira efeito político. De fato, a conjugação da pressão popular de Rio Maior com a operação militar em Lisboa provou ser decisiva: “horas depois vim a saber que já estava em marcha o 25 de Novembro onde finalmente nos foi restituída a liberdade e a democracia que nos tinha sido prometida no 25 de Abril de 1974”, testemunhou Joaquim da Nazaré Gomes.

## Rio Maior como Símbolo de Resistência e Viragem do Processo Revolucionário

A vitória do 25 de Novembro de 1975 não foi apenas militar ou política – foi também simbólica, e nesse plano Rio Maior teve um papel central. Já em julho de 1975, após a reação dos agricultores riomaiorenses, um comentador afirmara que “13 de Julho de

1975 está para Rio Maior como o 25 de Novembro está para Portugal”\*. Ou seja, a pequena vila ribatejana converteu-se numa microcosmo da luta nacional entre democracia pluralista e ditadura de inspiração soviética. No imaginário coletivo, Rio Maior passou a representar a linha de contenção contra a revolução comunista. Não por acaso, a expressão “Aqui começa Portugal” surgiu pintada em placas na região, sugerindo que ali se traçava a fronteira entre o Portugal livre e o território “ocupado” pelo PCP/MFA. Essa noção de fronteira ideológica refletia o entendimento, compartilhado por muitos à época, de que do Tejo para cima o país não se renderia ao coletivismo. Rio Maior, por sua localização geográfica e pela bravura demonstrada pelos seus agricultores, encarnou esse espírito de resistência.

Do ponto de vista simbólico-político, Rio Maior serviu como foco de resistência à Reforma Agrária imposta pelos setores comunistas do MFA. A chamada Reforma Agrária “gonçalvista” avançara rapidamente no Alentejo e no Ribatejo durante 1975, com assaltos, ocupações e expropriações de herdades multiplicando-se nesses meses. Contudo, a ofensiva encontrou um obstáculo inesperado em Rio Maior. Álvaro Cunhal, líder do PCP, ambicionava estender as ocupações ao Centro/Norte, ciente de que o sul estava praticamente controlado pelo seu partido. Mas ele próprio reconhecia que havia uma “espinha cravada na garganta”: o Norte continuava a trabalhar e a rejeitar a revolução, pondo em risco os planos comunistas. A ocupação da herdade da Torre Bela (a maior da Europa murada, situada já a norte do Tejo, nos arredores de Rio Maior) em meados de 1975 foi o primeiro sinal do avanço das UCP’s (Unidades Coletivas de Produção) para além do Ribatejo. Logo a seguir, visou-se tomar o Grémio da Lavoura de Rio Maior, no que seria a porta de entrada para o Oeste e o Norte. Essa tentativa, a 13 de Julho, falhou rotundamente graças à mobilização local, constituindo \*o primeiro revés da esquerda radical”\*. Daí em diante, Rio Maior galvanizou outros agricultores e populações, demonstrando que era possível enfrentar as “ligas” comunistas de ocupação.

A “Moca de Rio Maior”, como ficou célebre a revolta de 13 de Julho,

tornou-se um símbolo nacional. O termo surgiu porque muitos dos agricultores usaram paus e moca (varapau) para expulsar os invasores e foram apelidados jocosamente de “direita caceteira”. Décadas depois, a memória dessa moca persiste no artesanato local – hoje desprovido de conotação política – e frequentes referências jornalísticas são feitas a ela quando se discute movimentos de massas anti-comunistas. Durante os debates na Assembleia Constituinte em dezembro de 1975, deputados do PCP referiam-se à “célebre moca” quase com assombro, reconhecendo implicitamente o peso simbólico daquele evento. E líderes socialistas, como Mário Soares, viriam a admitir que o movimento espontâneo dos agricultores contribuíra de forma instrumental para travar os intentos hegemónicos do PCP, fornecendo ao PS (Partido Socialista) e a outros moderados um apoio popular imprescindível. Em certo sentido, comparou-se o levante dos camponeses a norte a uma nova “Maria da Fonte” (referência à revolta camponesa do séc. XIX), tal foi o seu impacto em prol das liberdades.

Politicamente, o papel de Rio Maior na viragem do processo revolucionário materializou-se em diversos resultados concretos. Primeiro, ajudou a legitimar a intervenção das Forças Armadas moderadas – ao ver centenas de milhares de cidadãos (contando apoios em todo o país) do lado da causa anti-extrema esquerda, militares como Eanes, Jaime Neves e Vasco Lourenço sentiram-se respaldados para agir. Segundo, precipitou mudanças no próprio governo: logo após o 25 de Novembro, figuras alinhadas com a Reforma Agrária radical foram afastadas. Por exemplo, o Eng. António Bica, alvo direto das críticas dos agricultores de Rio Maior, foi efetivamente demitido do cargo de Secretário de Estado poucos dias depois da manifestação. O Ministro da Agricultura, António Lopes Cardoso (do PS, mas da ala esquerdista), viu-se forçado a negociar. Em 30 de Dezembro de 1975, Lopes Cardoso anunciou a revisão dos princípios da Reforma Agrária, instituindo com urgência a figura do direito de reserva de terras para os proprietários e propondo limites mínimos de área abaixo dos quais não haveria expropriações – concessões que correspondiam às exigências dos agricultores. Este conjunto de medidas viria a ser consagrado no chamado “Pacto da Reforma Agrária” entre PS, PPD e PCP, e na nova



lei agrária de 1976 (Decreto-Lei 77/76, também conhecida como “Lei Barreto”), que introduziu restrições importantes às ocupações e garantias aos pequenos proprietários. Em suma, a luta de Rio Maior obrigou a reforma agrária a ser reavaliada num contexto de pluralismo político, em vez de imposta unilateralmente pelo PCP.

Por fim, Rio Maior consolidou-se como símbolo nacional da liberdade reconquistada. Em 1976, já em democracia, a CAP celebrava a “vitória” dos agricultores lembrando que a resistência deles tinha evitado que Portugal caísse sob tutela totalitária. A data de 25 de Novembro passou a ser comemorada localmente como o dia em que Rio Maior deu o “sinal necessário” para libertar o país. Nos 50 anos do “Dia do Agricultor Livre” (em 2025), autoridades destacaram que graças à coragem dos agricultores de então foi possível “clarificar o 25 de Abril” e devolver ao povo a liberdade prometida pela Revolução dos Cravos. Essa dimensão simbólica perdura: Rio Maior é frequentemente mencionado como bastião da reação democrática de 1975, um epíteto que a comunidade local abraça com orgulho.

## Envolvimento dos Agricultores de Rio Maior na Fundação da CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal)

A mobilização de Rio Maior não apenas influenciou os acontecimentos de novembro de 1975 – ela também teve um legado organizativo duradouro: a criação da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP). Na verdade, pode-se afirmar que a CAP nasceu em Rio Maior. No próprio dia 25 de Novembro de 1975 foi dado o passo decisivo para a fundação da CAP, embora a formalização jurídica só ocorresse semanas depois. Durante o grande plenário de agricultores em Rio Maior, na noite de 24 para 25, delineou-se a estrutura de uma organização nacional que unificasse as diversas associações regionais de agricultores numa só voz. O Secretariado Nacional de Agricultores (SNA), sediado em Rio

Maior, atuou como embrião dessa Confederação. Segundo estudos históricos, os estatutos da CAP foram discutidos e aprovados preliminarmente num plenário de agricultores em Rio Maior a 14 de Dezembro de 1975, dando corpo formal às ideias lançadas em novembro.

As forças derrotadas em 25 de Novembro ainda tentaram obstruir a legalização da CAP, mas sem sucesso. No início de 1976, com o país já encaminhado para eleições livres, os agricultores consolidaram a sua Confederação: em 22 de Janeiro de 1976, a CAP foi constituída por escritura pública lavrada no Cartório Notarial da vila de Rio Maior. O facto de a assinatura oficial ter acontecido em Rio Maior é profundamente simbólico e mostrou o reconhecimento do papel central da vila no movimento agrícola. A partir de então, Rio Maior foi a sede da CAP durante quase duas décadas, até que em 1993 a Confederação transferiu a sede para Lisboa ao crescer em âmbito e recursos. Nos primeiros anos, no entanto, muitas das reuniões e plenários nacionais da CAP continuaram a ocorrer em Rio Maior, onde a organização encontrava forte apoio logístico e popular.

Os agricultores de Rio Maior estiveram presentes e ativos em todas as etapas da fundação da CAP. Vários líderes locais integraram os órgãos dirigentes iniciais da Confederação. Destaca-se o Eng. José Manuel Casqueiro, que assumiu o cargo de primeiro Secretário-Geral da CAP (ele viria a ser uma figura influente, chegando a deputado à Assembleia da República posteriormente). Casqueiro, que presidira ao Secretariado Nacional de Agricultores, era considerado um dos “fundadores” naturais da CAP, dada sua proeminência desde as lutas de 1975. Raúl Rosado Fernandes, professor e agricultor do Ribatejo (e também dirigente do CDS), igualmente participou da fundação – é referido como cofundador e mais tarde seria eleito presidente da CAP (cargo que ocupou na década de 1990). Outros líderes regionais que despontaram nas lutas de 1975, como Eng. Eugénio Lino, Eng. Gonçalves Ferreira e Eng. Tomás Correia, estiveram envolvidos na estruturação inicial da Confederação.

Do lado de Rio Maior, a APA – Associação dos Produtores Agrícolas da Região de Rio Maior tornou-se automaticamente uma das associadas nucleares da CAP. Adelino da Costa Bernardes, líder local da APA, participou nos congressos fundadores e manteve a representação de Rio Maior na Confederação. (Ainda hoje, passados 50 anos, Adelino Bernardes continua presidente da associação agrícola riomaiorense, testemunhando a continuidade dessa liderança local desde 1975.) A fundação da CAP trouxe efeitos locais relevantes: para Rio Maior, significou prestígio e influência acrescida a nível nacional, pois a vila era reconhecida como o “berço” do movimento dos agricultores livres. Institucionalmente, a APA de Rio Maior beneficiou-se da ligação à CAP em termos de acesso a informação, capacidade de lobby e participação em debates políticos sobre agricultura. A comunidade local viu muitos dos seus anseios atendidos nas novas políticas: a Lei da Reforma Agrária revista em 1976 incorporou a figura do “direito de reserva” de terras e excluiu propriedades pequenas da expropriação, medidas celebradas pelos agricultores. Em 11 de Janeiro de 1976, um grande comício da CAP em Braga reuniu mais de 100 mil agricultores de todo o país, e a palavra de ordem foi “não recuar um passo” nas reivindicações apresentadas em Rio Maior. Nesta manifestação em Braga reiteraram-se as ameaças de corte de abastecimentos a Lisboa caso o governo não atendesse às demandas – mostrando que a estratégia de Rio Maior tinha se tornado estratégia nacional da CAP. Poucos dias depois, o Primeiro-Ministro aceitou receber os representantes da CAP para negociar, sinalizando a efetividade do movimento organizado.

Resumindo, Rio Maior esteve na génese da CAP – não apenas logisticamente, mas como inspiração política. Tanto que, em julho de 2025, nas comemorações do 50º aniversário do “Dia do Agricultor Livre”, a direção nacional da CAP fez questão de celebrar a efeméride na cidade de Rio Maior, reconhecendo que foi “\*desse movimento de agricultores livres, em julho de 1975, que viria a nascer [a CAP]\*”. A Confederação homenageou os pioneiros locais, ciente de que a sua própria existência derivou daquele impulso inicial.

## Do 13 de Julho ao 25 de Novembro: a Influência do “Dia do Agricultor Livre” na Crise de Novembro

Comemoração moderna do “Dia do Agricultor Livre” em Rio Maior, com desfile de tratores relembrando a mobilização dos agricultores em 1975 (Foto: Cidadania RM)

Para compreender plenamente a participação de Rio Maior nos acontecimentos de novembro de 1975, é preciso retroceder ao 13 de Julho de 1975 – data que ficou conhecida localmente como o “Dia do Agricultor Livre”. Nesse dia, desenrolou-se em Rio Maior um confronto que prefigurou e preparou a resistência vitoriosa de Novembro. Tudo começou quando a Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Alpiarça (organização influenciada pelo PCP) planejou ocupar a sede do Grémio da Lavoura de Rio Maior ao meio-dia de 13/7/1975. O Grémio (antiga instituição corporativa do regime anterior) estava na mira das ligas comunistas para ser convertido em cooperativa revolucionária, o que alarmou os proprietários locais. A resposta dos agricultores de Rio Maior foi pronta e maciça: mais de 400 agricultores acorreram ao local e concentraram-se em frente ao Grémio, determinadas a impedir a usurpação. Quando os militantes da liga de Alpiarça chegaram (alguns armados de espingardas), depararam com um muro humano. Seguiram-se escaramuças violentas: os agricultores tomaram algumas armas aos invasores, lutou-se corpo a corpo e instalou-se a confusão. O resultado foi claro – a ocupação foi frustrada. No calor do tumulto, grupos populares exaltados passaram a destruir as sedes do PCP e da FSP (Frente Socialista Popular) em Rio Maior, expulsando os militantes de esquerda da vila. Este “assalto” às sedes partidárias tornou-se famoso e justamente apelidado de “Moca de Rio Maior”, tal a profusão de paus e cacetes utilizados pelos populares.

Na noite de 13 de Julho, Rio Maior viveu momentos inéditos de união popular. Milhares de pessoas – agricultores e população em geral, vindos de todo o concelho e localidades vizinhas – juntaram-se espontaneamente numa vigília de protesto contra a situação política do país. Ergueu-se na vila uma voz coletiva exigindo

liberdade de expressão e fim do “terror” revolucionário. Ninguém queria arredar pé das ruas, e foi necessária a intervenção de militares do Regimento de Infantaria das Caldas da Rainha (enviados pelo governo) para persuadir a multidão a dispersar pacificamente, já pela madrugada adentro. Nos dias seguintes, porém, o ambiente permaneceu tenso. A imprensa nacionalizada, sob controlo da esquerda, lançou uma campanha feroz de difamação contra Rio Maior, pintando os agricultores insurgentes como “reacionários” e “fascistas”. Jornais como o Diário de Lisboa e o Diário Popular publicaram reportagens hostis, responsabilizando os “latifundiários do norte” pelos distúrbios. A reação local foi contundente: grupos de riomaiorenses passaram a interceptar os furgões de distribuição de jornais que vinham de Lisboa para o Centro e Norte, retirando os exemplares e destruindo-os na estrada antes que circulassem. Esse boicote à imprensa “parcial” durou mais de uma semana e chamou a atenção de todo o país para Rio Maior.

Pressionado, o governo civil de Santarém enviou emissários. O Governador Civil, acompanhado de altas patentes militares, deslocou-se a Rio Maior alguns dias depois para tentar acalmar os ânimos e ouvir a população. A população exigia que a verdade dos acontecimentos fosse reposta, já que se sentia caluniada nos media. Dois dias após o 13 de Julho, o jornal regional Diário do Ribatejo reportava objetivamente os fatos: confirmava que “nas ruas [de Rio Maior] encontrava-se apinhada gente vinda de todo o lado do concelho e localidades vizinhas”, que as sedes do PCP e FSP tinham sido destruídas, que “Rio Maior quer a verdade na informação” e relatava inclusive que “milhares de exemplares do Diário de Lisboa e do Diário Popular [foram] rasgados na sua chegada à vila” em protesto. Esses relatos contemporâneos demonstram a intensidade e abrangência do levantamento popular em Rio Maior. Perante tal clima, as autoridades acabaram por ceder em parte: a RTP, então controlada pelo Estado, enviou uma equipa à vila e transmitiu um comunicado aprovado pela população local, reconhecendo a sua versão dos acontecimentos. Essa foi uma vitória moral importante para Rio Maior, que viu a sua narrativa ganhar espaço.

A repercussão do 13 de Julho foi enorme e teve consequências

políticas. Líderes partidários nacionais dirigiram-se a Rio Maior nas semanas seguintes para capitalizar aquele fervor anticomunista. Em 13 de Agosto de 1975, precisamente um mês depois, o Partido Socialista (PS) realizou um grande comício em Rio Maior, onde Mário Soares expressou apoio aos agricultores locais. Igualmente, delegações do CDS (Centro Democrático Social, liderado por Freitas do Amaral) e do PPD/PSD (liderado por Sá Carneiro) visitaram a vila para manifestar solidariedade e angariar simpatizantes. Essa romaria política reforçou a posição de Rio Maior como baluarte anticomunista e deu legitimidade democrática ao movimento dos agricultores. Centenas de telegramas de parabéns chegaram de todas as partes do país à associação de agricultores de Rio Maior, louvando a sua “coragem e atitude” em defesa da liberdade. A data de 13 de Julho de 1975 entrou, assim, para a história local (e, de certa forma, nacional) como um momento-chave.

Mais importante, o episódio de 13 de Julho preparou organizacionalmente os agricultores para os eventos de Novembro. Foi na sequência dessa vitória que os produtores rurais perceberam a necessidade de se estruturarem melhor. Da articulação forjada após 13 de Julho nasceu o Secretariado Nacional de Agricultores (SNA), sediado em Rio Maior, que como vimos serviu de órgão coordenador provisório no segundo semestre de 1975. A AARM/ APA local cedeu instalações e liderança para esse secretariado, com Casqueiro à frente. As reuniões semanais do SNA em Rio Maior durante o outono de 1975 – com representantes vindos de todo o país – só foram possíveis graças à confiança mútua estabelecida entre os agricultores desde os eventos de julho. Ali delinearão-se estratégias de âmbito nacional, como a manifestação e corte de estradas que seriam executados no 25 de Novembro. Em outras palavras, o “ensaio” de Julho deu aos agricultores experiência de mobilização e rede de contactos para repetirem e ampliarem a proeza em Novembro.

Não é exagero afirmar que o 25 de Novembro começou a ganhar forma a 13 de Julho em Rio Maior. Muitos dos objetivos defendidos pelos agricultores em novembro – por exemplo, a revogação da lei das ocupações (406-A) e o fim dos saneamentos políticos arbitrários

– já estavam implícitos na luta de julho, que era fundamentalmente contra a imposição autoritária de um modelo agrário coletivista. A cronologia dos acontecimentos comprova essa ligação direta. Assim como o 13 de Julho impediu a ocupação comunista de Rio Maior, o 25 de Novembro impediu a tomada radical de Portugal. Não surpreende que os agricultores locais, em retrospectiva, celebrem ambos os dias como partes de um mesmo processo libertador. Nas comemorações de 50 anos do 13 de Julho de 1975, em 2025, enfatizou-se que aquela foi “um dia histórico para Rio Maior e para Portugal”, pois marcou um momento de resistência agrícola que levaria à fundação da CAP e à reconquista da democracia pluralista. Houve até uma recriação histórica desse “Dia do Agricultor Livre”, com a comunidade local encenando episódios de 1975 para as novas gerações compreenderem o legado.

Em suma, os acontecimentos de 13 de Julho de 1975 em Rio Maior forjaram os protagonistas, a organização e o ânimo que seriam determinantes na crise de Novembro. A mesma liderança local (Bernardes, Nazaré Gomes, etc.) que emergiu em julho manteve-se ativa e ainda mais preparada em novembro. A mesma aliança entre povo e militares moderados, esboçada quando as tropas das Caldas da Rainha negociaram com a multidão em julho, consolidou-se em larga escala no 25 de Novembro. E a mesma aposta na força dos números e na justiça da causa – “a defesa da liberdade e da legítima propriedade” – uniu Rio Maior e tantos outros pontos do país na hora decisiva. O “Dia do Agricultor Livre” foi, portanto, o prólogo indispensável para o “Dia da Libertação Nacional” que o 25 de Novembro representou.

## Protagonistas Locais de Rio Maior em 1975

Várias personalidades de Rio Maior tiveram um papel de destaque nos eventos de 1975, liderando e inspirando a mobilização dos agricultores. Entre os principais protagonistas locais podemos citar:

Adelino da Costa Bernardes – Agricultor de Rio Maior e líder local, foi um dos coordenadores da resistência no 13 de Julho e presidente da



Associação dos Produtores Agrícolas da Região de Rio Maior (APA). Permaneceu na linha da frente da organização dos agricultores ao longo de 1975 e nas décadas seguintes – ainda hoje (2025) exerce a função de presidente da APA, sendo reconhecido como guardião da memória do “Dia do Agricultor Livre”. Sob a sua liderança, a associação local consolidou-se e integrou a CAP após a sua fundação.

Joaquim da Nazaré Gomes – Jovem agricultor em 1975, participou ativamente nos confrontos de 13 de Julho e nas ações de 24-25 de Novembro. Fez parte do grupo de quatro representantes que viajou até Belém para negociar com o Conselho da Revolução na madrugada de 25 de Novembro. Anos depois, Nazaré Gomes tornaria pública a sua experiência, escrevendo artigos e depoimentos onde enaltece a “coragem e atitude” dos agricultores de então. Tornou-se assim não só protagonista, mas também cronista desses acontecimentos, contribuindo para a sua preservação histórica.

Eng. José Manuel Casqueiro – Embora não natural de Rio Maior (era engenheiro agrónomo oriundo da região de Santarém), Casqueiro está intrinsecamente ligado a Rio Maior em 1975 por ter sido escolhido para liderar o Secretariado Nacional de Agricultores sediado na vila. Com experiência na ALA e grande capacidade de articulação, ele coordenou os esforços nacionais a partir de Rio Maior, sendo a figura-chave na convocação da manifestação de 24 de Novembro. Foi Casqueiro quem dialogou com os oficiais moderados do MFA, e a quem coube representar politicamente os agricultores (por exemplo, encabeçando a delegação que levou as exigências ao Presidente da República). Posteriormente, tornou-se o primeiro Secretário-Geral da CAP e teve também carreira política (deputado pelo PSD nos anos 1980). É lembrado como o “estratega” do movimento agrícola de 1975.

Luís Madeira e Guilherme Jacinto – Agricultores do concelho de Rio Maior, ambos integraram com Nazaré Gomes e Casqueiro a comitiva de quatro enviados que se reuniu com as autoridades em Lisboa na madrugada de 25 de Novembro. Desempenharam, assim, o papel de porta-vozes dos agricultores locais junto do poder

político-militar. Ainda que menos conhecidos individualmente, simbolizam a confiança depositada pela base na sua representação.

Outros Nomes Relevantes – Poderíamos citar ainda o professor \*\*Raúl Rosado Fernandes, não residente em Rio Maior mas colaborador próximo (participou em reuniões clandestinas em Santarém e Rio Maior e foi cofundador da CAP). No plano militar, o Ten.-Coronel Jaime Neves não era um protagonista “local” de Rio Maior, mas manteve contacto direto com os agricultores (como visto quando se encontrou com os delegados na madrugada do dia 25) e, do lado das forças moderadas, garantia apoio às ações dos manifestantes. Finalmente, figuras políticas nacionais como Mário Soares, Diogo Freitas do Amaral e Sá Carneiro tiveram interações importantes com Rio Maior – visitando e homenageando os agricultores – embora não fossem “protagonistas locais” em sentido estrito, são parte da rede de aliados que o movimento local atraiu.

Cada um destes nomes ajudou a moldar os acontecimentos com o seu papel específico – liderança associativa, coordenação estratégica, representação negocial ou apoio externo. Em conjunto, personificam a união entre agricultores anónimos e lideranças reconhecidas, união essa que foi crucial para o sucesso da causa de Rio Maior.

## Conclusão

A participação dos agricultores de Rio Maior nos eventos do 25 de Novembro de 1975 foi determinante e multifacetada. Desde muito antes do confronto final, eles organizaram-se em associações e secretariados, tecendo alianças nacionais (com movimentos de agricultores e sectores moderados das Forças Armadas) e preparando um embate frontal contra a radicalização do processo revolucionário. Nas semanas que antecederam o 25 de Novembro, Rio Maior fervilhou com reuniões clandestinas, plenários regionais e nacionais, e articulações intensas conduzidas pela APA local e pelo Secretariado Nacional de Agricultores. Essa mobilização prévia

revelou-se essencial para a eficácia das ações nos dias decisivos.

A 24 e 25 de Novembro, os agricultores de Rio Maior e de toda a região assumiram protagonismo direto: bloquearam estradas, ergueram barricadas e apresentaram um ultimato ao governo revolucionário, exigindo a reversão da Reforma Agrária tal como imposta pelo PCP/MFA. Fizeram-no de forma coordenada e corajosa, galvanizando milhares de pequenos e médios proprietários rurais num movimento de desobediência civil sem precedentes na história portuguesa recente. Ao mesmo tempo, mostraram abertura ao diálogo institucional – enviando representantes para negociar com as autoridades em Lisboa – o que evidenciou maturidade política. Suas ações no terreno e nos bastidores, combinadas com a intervenção militar moderada, foram cruciais para o desfecho pacífico (sem guerra civil) do 25 de Novembro. Essa sinergia entre povo e militares permitiu restaurar a normalidade democrática que desde 11 de março de 1975 estava ameaçada.

No plano simbólico e político, Rio Maior tornou-se o emblema da viragem. Foi um foco de resistência bem-sucedida contra a deriva autoritária de esquerda, demonstrando que a sociedade civil (nomeadamente o mundo rural do Centro/Norte) não apoiava a coletivização forçada das terras. A frase “Aqui começa Portugal” e a lenda da “Moca de Rio Maior” cristalizaram a ideia de que aquela comunidade ribatejana “salvou” o país de um regime totalitário, reconectando-o com os valores de Abril: liberdade e democracia plural. Essa percepção não apenas mobilizou apoios em 1975, mas influenciou a memória histórica posterior – reconhecendo-se hoje Rio Maior como um dos lugares-símbolo onde se decidiu o futuro do regime.

A nível organizativo, o papel de Rio Maior foi igualmente transformador. Da luta local nasceu uma estrutura nacional de representação agrícola, a CAP, cuja criação teve lugar em grande medida graças ao impulso riomaiorense. A CAP proporcionou aos agricultores uma voz unificada no Portugal democrático, canalizando as reivindicações que emergiram em 1975 para processos institucionais de negociação nas décadas seguintes. A

presença contínua de líderes de Rio Maior na CAP – como Adelino Bernardes e outros – assegurou que os benefícios dessa fundação também fossem sentidos localmente, na forma de maior poder político e reconhecimento para os agricultores da região.

Por fim, ao relacionarmos os eventos de Novembro com o episódio precursor de Julho de 1975, fica claro que a história de Rio Maior em 1975 é a história de uma resistência gradual, construída passo a passo. O 13 de Julho preparou e anunciou o 25 de Novembro, tanto na motivação quanto nos meios de ação. Sem a experiência desse “ensaio geral” – o Dia do Agricultor Livre – talvez Rio Maior não tivesse reunido a força necessária para liderar os agricultores nacionais em Novembro. Mas teve-a, e fê-lo com êxito.

Em conclusão, os agricultores de Rio Maior protagonizaram um capítulo notável da história portuguesa contemporânea. Defenderam as suas terras e a sua liberdade, enfrentando um poder revolucionário dominante, e contribuíram de forma decisiva para a viragem política que devolveu Portugal ao caminho da democracia representativa. A conjugação de preparação local, ação direta corajosa, importância simbólica e organização pós-conflito (CAP) faz da participação de Rio Maior nos eventos de 1975 um exemplo singular de como uma comunidade rural pode influenciar os rumos de uma nação. Como diz o historiador José Meira Burguete, que estudou o “caso Rio Maior”, aquilo que ali se passou foi mais do que um protesto agrícola – foi “o ressurgimento de um potencial movimento de massas” em defesa da democracia. E esse movimento, nascido do povo de Rio Maior, deixou um legado que perdura 50 anos depois, servindo de inspiração para a contínua valorização da agricultura, da propriedade e da liberdade em Portugal.

Fontes: Este relatório baseou-se em diversos testemunhos e documentos históricos, incluindo relatos na imprensa local e nacional da época (como Diário do Ribatejo, Diário de Lisboa, arquivos RTP), estudos académicos sobre a Reforma Agrária e o processo revolucionário, publicações institucionais da CAP, bem como depoimentos em primeira pessoa de protagonistas riomaiorenses recolhidos em artigos comemorativos recentes. Essas fontes foram cuidadosamente citadas ao longo do texto para corroborar os fatos apresentados e permitir o aprofundamento pelo leitor interessado. Cada referência numerada entre parênteses remete para o excerto específico da fonte consultada.



Grupo  
**Parapedra**  
[www.grupoparapedra.pt](http://www.grupoparapedra.pt)



**Sifucel**  
Sílicas

EXTRAÍMOS E TRANSFORMAMOS  
COM QUALIDADE





CRIAMOS, ALIMENTAMOS  
E TRANSFORMAMOS

geral@valgrupo.pt | www.valgrupo.pt

**valGRUPO**  
DESDE 1989

O SABOR DA TRADIÇÃO

geral@valsabor.pt | www.valsabor.pt

**valsabor**  
PRODUTOS ALIMENTARES



# Cereal

**Indústria e Comércio de Cereais, SA.**

**maf**

MANUEL ARMANDO DA FONSECA & FILHO, LDA



*Couro do  
Ribatejo  
Flor da  
Azeiteira*

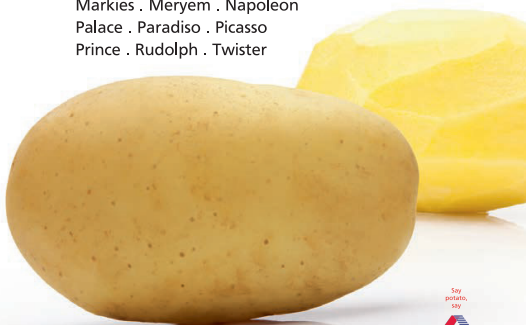


Lagar - Rua das Bicas - Azinheira | 2040-068 Rio Maior | Portugal  
Loja - Estrada Nacional 114 - Gato Preto | 2040-335 Rio Maior | Portugal  
Telefone +351 243 909 050 | Fax +351 243 909 058 | geral@azeitemaf.com

[www.azeitemaf.com](http://www.azeitemaf.com)

**Say potato,  
say Agrico.**

Agata . Alouette . Babylon  
Corazon . Esmee . Evolution  
Fontane . Gourmandine . Jolene  
Levante . Lugano . Manitou  
Markies . Meryem . Napoleon  
Palace . Paradiso . Picasso  
Prince . Rudolph . Twister



[www.agrico.nl](http://www.agrico.nl)



EUROBATATA

PRODUTO FRESCO E DE QUALIDADE

SERVIÇO DE EXCELÊNCIA

COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE



[www.eurobatata.pt](http://www.eurobatata.pt)





SABORES DE GERAÇÕES

# MESTRE HENRIQUES

Zona Industrial Rio Maior  
2040-357 Rio Maior  
Portugal

T. +351 243 992 404  
F. +351 243 992 414  
[comercial@henricarnes.com](mailto:comercial@henricarnes.com)

## Loja do Lagar Store

Produtos Regionais  
Regional Products

AZEITE | CONSERVAS EM AZEITE | BOMBONS E DOCES | QUEIJOS | VINHOS

Degustações  
Tasting experiences

Visitas ao Lagar  
Lagar Visits

Refeições p/ Grupos (por Marcação)  
Group Meals (by appointment)

Workshops | Show Cooking





**ESPECIALIDADES MÉDICAS | MEDICINA DO TRABALHO  
SEGURANÇA NO TRABALHO | FORMAÇÃO**

**DR. EDUARDO AGOSTINHO  
DR.<sup>a</sup> MANUELA AGOSTINHO**

Tel. 243 995 126 | [geral@hudora.pt](mailto:geral@hudora.pt) | [www.hudora.pt](http://www.hudora.pt)



**CA Crédito Agrícola**

O Banco nacional com pronúncia local

Desde 1911



**Magapor®**

ESPECIALISTAS  
EM REPRODUÇÃO  
DE SUÍNOS

## GAMA DE DILUIDORES: UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA



ISO  
9001

CERTIFIED  
COMPANY

UNE  
166002

CERTIFIED  
COMPANY

### MAGAORANGE

Ida Av. Dos Combatentes Arm.  
D 2040 344 Rio Maior  
Tel. 243 995 406 - Fax. 243 995 408  
magaorange@magapor.com / magorange@sapo.pt  
www.magapor.com



**QUINTA  
DOS  
PENEGRAIS**

[WWW.QUINTADOSPENEGRAIS.COM](http://WWW.QUINTADOSPENEGRAIS.COM)

E-mail: [geral@quintadospenegrais.com](mailto:geral@quintadospenegrais.com) T. +351 925 985 414

**COOPERATIVA AGRÍCOLA DE RIO MAIOR**

**51**  
Anos  
a servir  
a agricultura  
do concelho

Tel: 243 996 319  
E-mail: [geral@coopagrcl.pt](mailto:geral@coopagrcl.pt)







CAP SO  
7902  
AGRICULTORES  
DE PORTUGAL



ASSOCIAÇÃO DOS  
PRODUTORES  
AGRICOLAS DE  
RIO MAIOR

No dia 13 de Julho de 1975 os agricultores impediram a ocupação do grémio da Lavoura, num gesto de coragem, esta data passou a ser conhecida como o

**DIA DO AGRICULTOR LIVRE,**

símbolo da força do mundo rural, da liberdade conquistada e do direito à propriedade privada

13 Julho de 2025



ASSOCIAÇÃO DOS  
PRODUTORES  
AGRICOLAS DE  
RIO MAIOR

**ESTE ANO O 13 DE JULHO SERÁ COMEMORADO A 19 DE JULHO  
PELO FACTO DO DIA 13 DE JULHO SER À 2ª FEIRA**